

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

ADELICE INÊS MARTINS

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS VOLANTE DA
CIDADE DE MARIANA-MG: desafios e possibilidades na
contemporaneidade.**

MARIANA-MG

2016

ADELICE INÊS MARTINS

**O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CRAS VOLANTE DA
CIDADE DE MARIANA-MG: desafios e possibilidades na
contemporaneidade.**

Projeto de trabalho de conclusão de curso apresentado à disciplina Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) como requisito à obtenção de título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr. Vírginia Carrara.

MARIANA-MG

2016

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

M386t Martins, Adelize Inês

O trabalho do assistente social no CRAS volante da cidade de Mariana-MG: desafios e possibilidades na contemporaneidade [CD-ROM]/ Adelize Inês Martins.-Mariana, MG, 2016.

1 CD-ROM: gráfs.; 4 3/4 pol.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social, DECSO/ICSA/UFOP

1. Assistente social - Teses - Mariana (MG). 2. MEM.
3. Serviço social - Teses - Mariana (MG). 4. Monografia.
I.Carrara, Virginia Alves. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 364.4

: 15

: 1415568

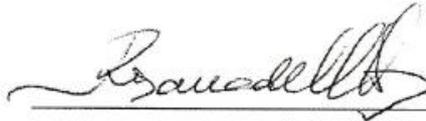
“O Trabalho do Assistente Social no CRAS Volante da Cidade de Mariana – MG:
desafios e possibilidades na contemporaneidade”

ADELICE INÊS MARTINS

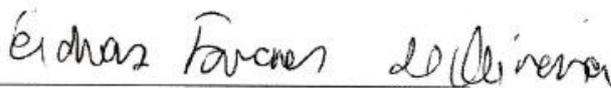
ORIENTADOR (A): Profa. Dra. Virgínia Alves Carrara

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade
Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de bacharel em Serviço Social.

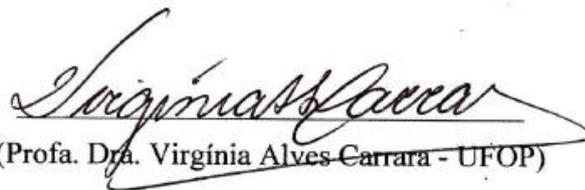
Aprovado em: 11 /08 /2016



(Profa. Dra. Rosana de Matos Silveira Santos – UGR - Espanha)



(Prof. Me. Esdras Tavares de Oliveira - UFOP)



(Profa. Dra. Virgínia Alves Carrara - UFOP)

Dedicatória

Dedico esse trabalho a toda a minha família, em especial, minha mãe Neuza e meu pai Sebastião, amores da minha vida razão do meu viver. Não poderia me esquecer do meu noivo, Wellington, pelo apoio e carinho.

Agradecimentos

Agradeço a Deus pelo dom da vida e pela sabedoria que me concedeu na realização deste trabalho, pela força e amparo.

A toda minha família, meu noivo e amigos.

A Professora Dr. Virginia, pela disponibilidade, paciência que teve comigo e pela maravilhosa orientação, aprendi muito com você, sem você teria sido impossível.

Agradeço aos Professores Dr. Rosana e o Ms. Esdras, por terem aceitado o convite de participar da minha banca, tenho certeza que fiz uma ótima escolha.

Agradeço as assistentes sociais do CRAS Volante, que contribuíram para a conclusão deste trabalho, participando da minha pesquisa de campo.

Aos meus supervisores de estágio, André, Esdras e Nívea

RESUMO

O objeto desta pesquisa é o trabalho do assistente social na cena contemporânea. O atual contexto, marcado por um Estado Máximo para o capital e mínimo para o Social, que hoje manifesta-se como capitalismo mundializado, manifesta-se nas particularidades brasileiras com as marcas do clientelismo, assistencialismo, “damismo”, que impactam no trabalho do assistente social. Objetiva-se identificar os limites, os desafios, as possibilidades do trabalho do assistente social, tendo como referencial analítico a perspectiva teórico-crítica do pensamento marxista, e o Projeto Ético Político profissional que forja uma concepção sócio profissional do Serviço Social. Através da pesquisa bibliográfica e de campo, foi possível aproximar da realidade do trabalho no CRAS e desvelarmos um cotidiano marcado: por contratos inseguros de trabalho, falta de infraestrutura adequada e de qualidade, falta de recursos humanos e materiais, além das marcas históricas da sociedade capitalista brasileira, que acabam por condicionar a autonomia relativa do assistente social, tornando mais desafiador o exercício profissional alinhado com O Projeto Ético Político – PEP.

PALAVRAS – CHAVE: Contemporaneidade, Limites, Desafios.

ABSTRACT

The object of study of this research is the work of the social worker in the contemporary scene. The current context marked by a maximum State for capital and minimum for Social today globalized capitalism, which is manifested in particular with Brazilian brands of clientelism, paternalism, "damismo" that impact the work of the social worker. The objective is to identify the limits, challenges, possibilities of work social worker conducted there, with the analytical framework the theoretical and critical perspective of Marxist thought, professional Political Ethics Project forges a professional partner concept of Social Work. Through literature and field research, it was possible to approach the reality of work in CRAS and unveil daily marked: insecure work contracts, lack of adequate infrastructure and quality, lack of human and material resources, and the historical marks of capitalist society Brazil, which ultimately condition the relative autonomy of the social worker, making it challenging professional practice aligned with the Political Ethics Project - PEP.

Keywords: Social Work, Contemporaneity, Limits, Challenges.

Lista de abreviaturas e siglas

BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de assistência Social
CVT	Centro Vocacional Tecnológico
EMIA	Editado por Martins Inês Adelize
FNAS	Fundo Nacional de assistência Social
LBA	Legião Brasileira da Assistência
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome
PAIF	Serviço de <i>Proteção e Atendimento Integral à Família</i>
PEP	<i>Projeto Ético Político</i>
PNAS	<i>Política Nacional de Assistência Social</i>
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SCFV	<i>Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos</i>
SNAS	<i>Secretaria Nacional de Assistência Social</i>
TNSS	Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	16
1.1 O significado social da profissão de Serviço Social.....	16
1.2 Limites e possibilidades para o Serviço Social no enfrentamento da atual conjuntura capitalista.....	20
CAPÍTULO II : A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE.....	29
2.1 Política de assistência social no Brasil enquanto seguridade social e o Serviço Social.....	30
2.2 O cotidiano de trabalho do assistente social no CRAS Volante da cidade de Mariana.....	40
CAPÍTULO III: PESQUISA DE CAMPO.....	44
3.1 Análise dos dados.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS	75
ANEXOS	80

INTRODUÇÃO

Este estudo busca identificar, quais os desafios e possibilidades socioprofissionais e ético-políticos que o assistente social, se depara em seu cotidiano de trabalho na contemporaneidade. Temos que ainda hoje a cultura política brasileira é marcada pelo clientelismo, pelo patrimonialismo, e mandonismo que impactam as políticas sociais não raras vezes reiterando práticas assistencialistas, ações imediatistas e emergenciais no trato às demandas apresentadas pela população usuária dos serviços sociais.

A relevância desta investigação acadêmica distingue-se e caracteriza-se pelo desvelamento dos múltiplos determinantes da atual conjuntura do capitalismo mundializado na particularidade da realidade no CRAS Volante de Mariana -MG . Estamos vivendo em tempos de acumulação flexível do capital, em que se reafirma a dominação do capital sobre o trabalho, acarretando bruscas transformações no mundo do trabalho como também, das políticas sociais, dos direitos sociais e humanos. (Silva, 2016). Assim, temos como objetivo, aprofundar e ampliar o debate sobre o tema proposto, levando em consideração a construção da atual auto imagem social da Profissão e seus reflexos na contemporaneidade, tendo como referência o atual Projeto Ético Político¹.

Meu interesse em desenvolver esta pesquisa sobre o Serviço Social na contemporaneidade , adveio da experiência enquanto estagiaria no CRAS Volante Bairros da cidade de Mariana – MG, vivenciando junto com a assistente social supervisora de campo diante dos limites e desafios neste campo de intervenção. Enquanto estagiária sob supervisão acadêmica e de campo, fui inicialmente inserida no espaço sócio ocupacional do CRAS, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos², a fim de acompanhar as famílias das

¹ É nosso projeto profissional que foi construído no contexto histórico de transição dos anos 1970 aos 1980, num processo de redemocratização da sociedade brasileira, recusando o conservadorismo profissional presente no Serviço Social brasileiro. Constata-se o seu amadurecimento na década de 1990, período de profundas transformações societárias que afetam a produção, a economia, a política, o Estado, a cultura, o trabalho, marcadas pelo modelo de acumulação flexível (Harvey) e pelo neoliberalismo (RAICHELLIS, 2006).

² O SCFV é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) realiza atendimentos em grupo. São atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras, de acordo com a idade dos usuários.É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais, coletivas e familiares .Disponível em:(<http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/servicos-de-convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos>)acesso em dia 29/02/2016 às 14:53.

crianças e adolescentes participantes dos projetos. Esse acompanhamento se dava por meio de atendimentos, visitas domiciliares, encaminhamentos, entre outras ações exercidas pela assistente social responsável pelos projetos do serviço. Isso se dava de acordo com o que chegava de demandas apresentadas pela orientadora social³, que acompanhava de forma direta os projetos. São eles: “Nos bastidores da notícia⁴”, “Pet Pedagogia⁵”, “Oficina de jogos⁶” e “Reciclando ideias⁷”.

³) Art. 4º As ocupações profissionais com escolaridade de ensino médio, que compõem as equipes de referência do SUAS, desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS, quais sejam: Orientador Social ou Educador Social, com as seguintes funções: a) desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; b) desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; c) assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; d) apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; e) atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiente acolhedora; f) apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; g) apoiar e participar no planejamento das ações; h) organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; i) acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; Legislação – Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) - 5/9 j) apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; k) apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; l) apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; m) apoiar os demais membros da equipe de referência em todas as etapas do processo de trabalho; n) apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; o) apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; p) apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; q) apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; r) participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; s) desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; t) apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; u) informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; v) acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; x) apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas. (http://www.assistenciasocial.al.gov.br/gestao-do-trabalho/CNAS_2014_-_009_-_15.04.2014-1.pdf, acesso em 07/03/2016 às 16:00)

⁴) O projeto “Nos bastidores da notícia” tem como objetivo um processo de construção de notícias dos bairros no qual as crianças e os adolescentes moram, para desenvolver uma capacidade de leitura crítica dos acontecimentos dos bairros onde residem. Outra proposta do projeto é apresentar o sistema midiático brasileiro, formado por oligopólios e dominado por grupos familiares, religiosos e políticos, de modo a auxiliar no entendimento da estreita relação entre democracia e políticas públicas de comunicação.

⁵) O encontro do projeto “Pet-pedagogia – Rosário”, tem com o objetivo de oferecer às crianças uma formação extraclasse, desenvolvendo por meio do brincar atividades lúdicas educativas que capacitem e promovam o desenvolvimento individual, físico, mental e emocional. A fim de estimular a convivência social saudável, o trabalho em equipe, a cooperação, a amizade, a construção de regras de convivência, o respeito às diferentes opiniões, e etc.

É importante ressaltar que, em função de alguns episódios, como por exemplo, a suspensão do carro que levava a orientadora social e a assistente social até os locais de realização dos projetos, os mesmos sofreram algumas interrupções e interferências no decorrer de sua realização. Como assevera Behring e Boschetti (2011,p.156) a redução e/ou manutenção dos gastos públicos implicam também na redução de gastos com os sistemas de proteção social.

Assim, a tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos sob argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais- a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classe e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: a privatização, a focalização e a descentralização. Sendo esta última estabelecida não como partilhamento de poder entre esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades para entes da federação ou para instituições privadas e novas modalidades jurídico-institucionais correlatas, componente fundamental da “reforma” e das orientações dos organismos internacionais para a proteção social.

As supracitadas autoras salientam que a política de assistência social é a que mais vem sofrendo para se materializar como política pública e para superar algumas características históricas, tais como: morosidade na sua regulamentação como direito além da questão da redução e residualidade de abrangência (BEHRING e BOSCHETTI, 2011).

Dessa forma com a redução de recursos para as políticas sociais, o cenário em que atuamos foi também atingido: o carro disponível para levar a orientadora social para os bairros (onde aconteciam os encontros semanais), e a assistente social para realizar visitas domiciliares foi suspenso, com a justificativa de redução de gastos. Os lanches que eram distribuídos durante a realização dos projetos, incentivo a participação do público alvo (crianças e adolescentes)- também foram suspensos, impossibilitando a continuidade dos trabalhos. No início, os projetos contavam com a parceria da UFOP através da participação de estudantes bolsistas juntamente com o CRAS, entretanto, a instituição esteve em período de

⁶) O projeto de “Oficinas de jogos”, é realizado no Lar Estrela , este projeto tem como objetivo deste projeto é oferecer às crianças e adolescentes diferentes competências e habilidades, além de ampliar os relacionamentos, autonomia e estimular o raciocínio através de jogos de tabuleiro. Jogos que combinam inteligência, habilidade e diversão.

⁷ O projeto de “Oficinas de jogos”, é realizado no Lar Estrela, o objetivo deste projeto é oferecer às crianças e adolescentes diferentes competências e habilidades, além de ampliar os relacionamentos, autonomia e estimular o raciocínio através de jogos de tabuleiro. Jogos que combinam inteligência, habilidade e diversão.

greve, o que acabou interrompendo a parceria. Embora os projetos tenham ficado suspensos por um tempo, em função dos acontecimentos relatados acima, na medida do possível as atividades tiveram continuidade, porém com condições mínimas, ainda sem lanches e transporte com quilometragem limitada.

Outro fato muito importante é o trágico crime ocorrido em 05 de novembro de 2015, na cidade de Mariana: o rompimento de duas barragens de rejeitos de minério pertencente à mineradora Samarco no subdistrito de Bento Rodrigues, em Mariana (MG). Considerada a maior tragédia ambiental da história do Brasil, segundo o que foi apresentado em jornais e revistas. Além de ter deixado várias pessoas desabrigadas, provocou perdas de casas, móveis, automóveis, terrenos e mais do que isso, de sonhos, de equilíbrio emocional e de vínculos familiares e comunitários, além da morte de trabalhadores da empresa e de moradores da localidade. Isso acarretou também em mudanças no cotidiano dos assistentes sociais da rede de desenvolvimento social e cidadania desta cidade. Isto é, inicialmente, os assistentes sociais e estagiários da Rede da Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania, deslocaram-se de suas funções para trabalharem juntos em outro setor atendendo as famílias atingidas pelo rompimento da barragem. Posteriormente, alguns assistentes sociais voltaram para os seus setores de origem, enquanto outros continuaram fazendo cadastros e atendimentos às famílias.

Esse crime acabou sobrecarregando todos os profissionais da assistência social. Minha supervisora de campo ao retornar o trabalho no CRAS, seu setor de origem, além da atividade com os grupos de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ficou responsável por realizar outros tipos de serviço na instituição, como por exemplo, atendimentos por demandas espontâneas. Isso se deu pelo fato de que duas das assistentes sociais que realizavam esse tipo de atendimento no CRAS, continuaram atendendo os atingidos pela barragem no Centro Vocacional Tecnológico – CVT, órgão público do município de Maria-MG. Posteriormente, pelo fato do coordenador do Cras Volante Bairros ter se afastado por um determinado tempo do cargo, uma das assistentes sociais que voltaria para atendimento direto com os usuários assumiu a coordenação. Dessa forma, acabou impossibilitando minha supervisora de campo a retomar as suas atividades no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, visto que foi necessário que continuasse com atendimento juntamente com a outra assistente social que também havia voltado para o seu serviço de origem no CRAS.

Apesar do transtorno ocasionado pela tragédia na nossa rotina de trabalho, essa experiência me permitiu participar de atendimentos que eu ainda não desenvolvia como: acolhimento e cadastro das famílias em vulnerabilidade social, articulação e fortalecimento da rede de Proteção Social Básica local, encaminhamento das famílias e dos indivíduos para a rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, articulação dos encaminhamentos das famílias e indivíduos para os serviços das demais políticas sociais, como saúde e educação; promoção do acesso e da garantia aos direitos sociais e a informação, visitas domiciliares, acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados, promoção da inclusão de pessoas com deficiências e seus familiares nos serviços e ações de proteção básica. Merecendo destaque a grande demanda por cesta básica nos atendimentos individuais, tema que será desenvolvido no capítulo 2, Serviço Social e a Política de Assistência Social.

Para a construção dos capítulos será utilizado um recurso metodológico para subsidiar e possibilitar a aquisição de conhecimentos sobre a temática, que segundo Santos (1999) é um “conjunto de matérias escritas/gravadas, mecânica ou eletronicamente, com informações já elaboradas/publicadas por outros autores”. Ou seja, a leitura de livros, artigos, publicações, textos acadêmicos, leis, monografias e documentos para a realização de um estudo teórico-bibliográfico, por meio de um relevante arcabouço teórico que referencia, os desafios enfrentados pelo assistente social no seu exercício profissional, tendo por base alguns autores que debatem sobre a temática sendo eles : Abreu, Behring, Boschetti, Guerra, Yamamoto, Lukács, Marx, Santos, Trindade, Lewgoy, Heller, Netto entre outros.

Para isso faz-se necessário percorrer alguns caminhos a fim de que os objetivos desta pesquisa sejam alcançados, ou seja, quais metodologias serão utilizadas para desenvolvimento deste trabalho. Quanto à metodologia, Minayo (2011,p.14), argumenta:

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem(o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade). A metodologia ocupa um lugar central no interior das teorias e está referida a elas.

Serão utilizadas metodologias quantitativas e qualitativas, de forma que uma complemente a outra. Nas palavras de Mazzotti e Gewandsznajder(2002,p.163) , pesquisas qualitativas,:

São caracteristicamente multimetodológicas, isto é, usam uma grande variedade de procedimentos e instrumentos de coleta de dados. Podemos dizer, entretanto, que observação (participante ou não), a entrevista em profundidade e análise de documentos são os mais utilizados, embora possam ser complementados por outras técnicas.

Sobre as pesquisas quantitativas:

São muito usadas na identificação de opiniões e preferências (algumas são chamadas de surveys), (...). Usam como instrumentos básicos a aplicação de questionários, entrevistas, (...). Dedicam-se a mensurar quantitativamente o problema. Suas hipóteses podem ou não ser explicitadas no corpo do projeto.

Este estudo está organizado em três partes. O capítulo 1 buscou discorrer e analisar o Serviço Social brasileiro na contemporaneidade, seus retrocessos e avanços, no contexto capitalista, a fim de desvelar os múltiplos determinantes que atravessam o cotidiano de trabalho dos assistentes sociais, aprofundando e ampliando o debate, tendo como referência o atual Projeto Ético Político. Perpassando ainda pela imagem social da profissão, os desafios enfrentados no atual contexto do Estado neoliberal, políticas focalizadas, desmontadas, péssimas condições de trabalho. Mudanças drásticas na vida da classe que vive do trabalho, tanto para a dos usuários, quanto o assistente social.

No capítulo 2 desenvolveu-se os elementos sócio-históricos da assistência social enquanto política pública, dando ênfase ao CRAS Volantes Bairros, na cena contemporânea, os desafios enfrentados pelo profissional de Serviço Social neste espaço sócio ocupacional, em uma cidade onde a cultura política é marcada pelo clientelismo, pelo patrimonialismo e mandonismo que impactam as políticas sociais não raras vezes reiterando práticas assistencialistas, ações imediatistas e emergenciais no trato às demandas apresentadas pela população usuária dos serviços sociais.

No capítulo 3 são apresentados os resultados da pesquisa de campo, realizada com as assistentes sociais CRAS Volante Bairros e Distrito, inclusive as que estão contratadas pela SAMARCO e que utilizam-se do mesmo espaço público, tendo como propósito obter informações de caráter qualitativo em profundidade frente aos embates do cotidiano profissional.

CAPÍTULO I: O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ATUAL CONTEXTO DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

O capítulo que se segue tem como objetivo refletir sobre o Serviço Social na cena contemporânea, frente a realidade de hegemonia do grande capital, nos quais tensões e desafios são impostos as profissões e dos profissionais, tendo nosso foco o Serviço Social. Assim, nas palavras de Yamamoto (2015), é necessário um profissional capaz de romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos, Yamamoto(2015p.19,20) assevera:

Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar da sua recriação. Um grande pensador alemão do século XIX dizia o seguinte: “a crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas que se livrem deles e possam brotar as flores vivas.” É nesse sentido da crítica: tirar as fantasias que encobrem os grilhões para que possa livrar deles, libertando os elos que aprisionam o pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais. É nessa perspectiva pelo seu deciframento, o desenvolvimento de um trabalhador pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização dos compromissos ético-político com os interesses coletivos da população usuária.

1.1 O significado social da profissão de Serviço Social

A questão social e a categoria trabalho são elementos que são aqui fundamentais e determinantes para compreendermos o significado social da profissão de Serviço Social na sociedade capitalista com as particularidades históricas da sociedade brasileira. A questão social, produz concretude à profissão como também a definição dos sujeitos atendidos por seus profissionais, que ao vivenciar as mais diversas expressões da questão social as apresentam como demandas ao Serviço Social. Ainda sobre a questão social no Brasil, Almeida (2016, p.82) argumenta:

A emergência da “questão social” no Brasil encontra-se enraizada no particular processo de transição da produção de base escravocrata para uma ancorada na efetiva generalização do trabalho livre. O processo de manifestação dos antagonismos de classe no início do século XX no Brasil assumiu formas que ao mesmo tempo configuravam a tipicidade das relações sociais próprias ao capitalismo competitivo, assim como expressavam a permanência de traços herdados de um passado colonial.

Nos primeiros decênios do século XX, a classe trabalhadora ingressa no cenário político da sociedade exigindo seus direitos, seu reconhecimento como classe, por parte do Estado e do empresariado, para além da caridade e repressão. Essa manifestação do proletariado frente a burguesia, não é senão a expressão da questão social. É importante frisar que a classe operária reivindica direitos, frente às condições de vida e trabalho cada vez mais precárias devido a intensificação da acumulação incessante do capital. A partir de tal

realidade, o assistente social passa a ser chamado a atuar nas refrações da questão social. O Estado percebe a necessidade de criar novos meios que fossem capazes de atender algumas reivindicações da classe trabalhadora, já que a caridade que era prestada pela igreja e pela burguesia não supriam mais as necessidades apresentadas, tanto frente ao aprofundamento da desigualdade de classe, como o desvelamento da consciência da classe “para si”, como também a produção e reprodução das relações sociais necessárias à acumulação capitalista no estágio dos monopólios. Dessa forma, a profissão se consolida partindo de um interesse estatal e das empresas privadas, na busca de um assalariado capaz de responder as demandas apresentadas pela classe trabalhadora, mas pelo comando da classe burguesa. (IAMAMOTO e CARVALHO 2012).

Quanto às particularidades da sociedade brasileira é importante tratarmos aqui dos elementos essenciais e as mediações para a compreensão do Serviço Social no país. Visto que um dos elementos fundamentais para entendermos a profissão é a realidade social capitalista, deve-se portanto, considerar a sociedade brasileira periférica em seu movimento histórico. O Serviço Social surge como profissão ocupando lugar de assalariado na divisão social e técnica do trabalho, participando, o assistente social como trabalhador, participando na produção e reprodução das relações sociais, mediadas por relações históricas, políticas, sociais e econômicas da sociedade capitalista. Yasbek(2008).

Ainda sobre as particularidades históricas e a questão social, Iamamoto (2015,p.37) complementa:

A desigualdade que preside o processo de desenvolvimento do país tem sido uma de suas particularidades históricas: o moderno se constrói por meio do “arcaico”, recriando nossa herança histórica brasileira ao atualizar marcas persistentes e, ao mesmo tempo, transformando-as no contexto da globalização. Isso atribui um ritmo histórico particular ao processo de mudanças, uma cadência histórica particular, em que tanto o novo quanto o velho se alteram. Essa coexistência de temporalidades históricas desiguais faz com que a questão social presente, hoje, tanto marcas do passado quanto do presente, radicalizando-a.

A categoria trabalho é outro elemento de extrema importância para compreendermos a imagem social da profissão de Serviço Social contemporaneamente no Brasil . O assistente social é chamado a atuar nas múltiplas expressões da questão social, a profissão se firma

como trabalho. Portanto, cabe definirmos a categoria trabalho, nas palavras de Marx (1985) apud Guerra (2000,p.8):

Metabolismo entre homem e natureza, no qual além das necessidades comparecem também a Razão e Vontade, de modo que pode ser considerado não apenas uma atividade prático-material, mas também uma atividade crítica.

Esse movimento ocorre somente com homem, devido sua capacidade teleológica, que o diferencia dos demais animais, surgindo assim o ser social, que adquire conhecimentos e habilidades para responder as necessidades existentes e imediatas. Porém novas necessidades vão surgindo, a medida que vai se reproduzindo as relações sociais mediadas pela ordem burguesa. Nesse sentido, a sociedade burguesa cria meios para sustentar a produção e reprodução do mundo capitalista. Atribuindo assim um perfil para profissão de mediador, entre Estado, burguesia e classe trabalhadora Netto (2006). Nas palavras de Iamamoto (2015,p.28), os assistentes sociais:

trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade.

Iamamoto (2008) ressalta a inserção do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, captando assim, o significado da profissão diante de um quadro de contradições que são inerentes ao capital, incluindo as relações de classes. Deve-se, portanto entender a profissão como uma forma de especialização coletiva inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. Para Iamamoto (2015, p.77), o Serviço Social apesar de ser uma profissão regulamentada como liberal, como dispõe o Código de Ética, não é compatível com a sociedade brasileira. O Assistente social é um trabalhador que vende sua força de trabalho especializada por um salário. O profissional de Serviço Social a partir do momento em que participa desse processo, de vender o seu trabalho de intelectual, em troca de um salario, entra no processo de mercantilização, como trabalhador assalariado. São contratados para vender a sua força de trabalho qualificada e devem prestar serviços para as mais variadas entidades empregadoras seja de caráter patronal, empresarial ou estatal. É de extrema necessidade destacar aqui esse cotidiano de trabalho que se distingue devido a estrutura, comportamentos, cultura de vida diferentes e principalmente relação com a história. Para aprofundar e fazer

uma crítica ao cotidiano, Netto (2000) faz referência a ótica lukacsiana que não existe sociedade sem cotidianidade, pois o cotidiano é insuprível. É de extrema importância destacar aqui a vida cotidiana contemporânea, nas palavras de Netto (2000,p.85):

A problemática axial da vida cotidiana contemporânea é bem diversa daquela que Marx conheceu diretamente; reside não casualmente no conjunto de processos e fenômenos conducentes a uma forma peculiar de alienação, a reificação - por mais distintos que sejam os enfoques da cotidianidade (quer o ontológico operado por Heller a partir de Lukács, quer o tendencialmente historicista de Kosik, quer o tratamento abstrato que lhe oferecem textos da “escola de Frankfurt”), todos coincidem nesta diagnose: o típico da vida cotidiana contemporânea, aquela própria do capitalismo tardio, é a reificação das relações que o indivíduo enquanto tal se desenvolve.

Guerra (2012) ressalta que na vida cotidiana do profissional a requisição de respostas funcionais e filantrópicas são usuais, sendo propício a alienação, o pragmatismo, a imitação, a mimese, a ultrageneralização entre outros procedimentos problemáticos da profissão. Além de empobrecer a dimensão técnico instrumental, negam a natureza dialética, tanto do ser, quanto do conhecimento sobre o ser, os quais encontram-se em permanente processo de constituição.

O que chega como demanda para os profissionais é a “solução” de forma imediata, pontual e fragmentada das mais variadas expressões da questão social. Negando assim, possibilidades de respostas profissionais de qualidade, com implicações éticas e políticas. Guerra (2012), afirma que isso ocorre porque o pragmatismo na ação e no pensamento torna-se imperativo na vida cotidiana. Assim, o assistente social passa a atuar no cotidiano de forma que a atividade prática contrapõe-se a teoria, estabelecendo um distanciamento entre a elaboração teórica e a intervenção profissional. Santos (2015,p.266), argumenta “igualmente, tais desafios se expressam na queixa de que a formação profissional não habilita para ação, uma vez que não apresenta modelos de intervenção nem oferece os instrumentais técnicos-operativos adequados à ação profissional”.

O trabalho profissional, muitas vezes, é marcado por distorções influenciadas pela leitura vaga da realidade e pela falta de debate e racionalidade crítica para nortear as respostas profissionais. O cotidiano profissional é permeado por inúmeras armadilhas, sendo que o assistente social deve estar apto a identificá-las. Por isso, o profissional deve tomar posse de um conhecimento intelectual e teórico que viabilize uma postura criativa, crítica, questionadora para execução de suas atividades interventivas. Em relação a sua condição de intelectual de uma categoria que voltada para intervenção Iamamoto e Carvalho (2012,p.94) apresentam:

O profissional de Serviço Social é, aqui, também considerando na sua condição de intelectual. Para concretizá-lo, busca-se suporte em Gramsci, para quem essa categoria não constitui um grupo autônomo e independente das classes fundamentais; ao contrario, tem o papel de dar-lhes homogeneidade e consciência de sua função, isto é, de contribuir na luta pela direção social e cultural dessas classes na sociedade. Trata-se do “organizador, dirigente e técnico” que coloca sua capacidade a serviço da criação de condições favoráveis à organização da própria classe a que se encontra vinculado. Posto que expressa uma identidade pela consciência e pela prática com essas classes, são orgânicos, organicidade que é tanto maior quanto mais íntima a conexão com uma classe fundamental (burguesia ou proletariado).

Dessa forma, é preciso que o assistente social use da sua condição de intelectual a fim de avançar da aparência na sua pesquisa compreendendo os processos que rodeiam o trabalho do assistente social no Cras Volante da cidade de Mariana. Assim, faz-se necessário considerar os aspectos que envolve o objeto na realidade, desde sua gênese histórica e seu desenvolvimento interno, de modo que “ao apreender a historicidade dos processos simultaneamente às suas particularidades internas, preservar as suas especificidades”. Netto (2000,p.76),

1.2 Limites, possibilidades para o Serviço Social no enfrentamento da atual conjuntura capitalista.

Também deve-se levar em consideração os desafios, trazidos pelas particularidades da sociedade capitalista na atualidade, momento de crise, em que aumentou significativamente o numero de desemprego e o subemprego. É importante compreender na contemporaneidade a relação entre Serviço Social e a reprodução da força de trabalho, ressaltando as contrariedades dessa complexa relação. Iamamoto (2015,p.18) aborda, que estamos vivendo tempos difíceis para todos aqueles que vivem do trabalho, momento de globalização mundial do capital, hegemonia financeira, que produz mudanças na forma de produzir e gerenciar o trabalho. Devido a revolução técnico científica, ocorre uma substituição da mercadoria força de trabalho por mercadoria por novos meios de produção, ampliando assim, o exercito industrial de reserva, ou seja a população sobranete.

Os assistentes sociais, como os demais trabalhadores, estão sofrendo com problemas devido às tendências do atual mercado de trabalho. Como a insegurança do trabalho, exigências e prazos a serem cumpridos, aumento das demandas que acaba por fortalecer práticas fragmentadas, rotineiras e reiterativas, (Santos 2015). Iamamoto (2015,p.124), continua: “redução dos concursos públicos, demissão dos funcionários não estáveis,

contenção salarial, corrida à aposentadoria, falta de incentivo à carreira, terceirização acompanhada de contratação precária, temporária, com perda de direitos etc.”

O capital passa a invadir todos os espaços sociais, alterando assim os hábitos, costumes, a forma de produção e reprodução das relações sociais. Como já destacado, o objetivo do capital é extração da mais valia, obtenção de lucros como Marx (1983) denominou no capítulo XXIII do seu livro *O CAPITAL*, a lei geral de acumulação: o grande acúmulo de riqueza de um lado e de outro a miséria e pobreza.

Diante dessa realidade complexa marcada pela atuação do Estado neoliberal, ocorre a erosão das bases dos sistemas de proteção social na perspectiva da universalidade dos direitos, com adoção de políticas sociais minimalistas, programas sociais seletivos, focalizados e assistencialistas, trazem novos e reconfigurando velhos desafios ao trabalho profissional.

Devido a retração no campo das políticas sociais por parte do Estado neoliberal ocorre uma transferência de responsabilidade para a sociedade civil na prestação de serviços sociais. Com relação a efetivação da participação da sociedade civil, Iamamoto (2015 p.124) argumenta:

A qualidade da participação da sociedade civil não se encontra previamente definida, podendo inspirar-se tanto em versões atualizadas dos “coronelismo”, “clientelismo” e “populismo”, redundando no uso da coisa pública em função de interesses particularistas; quanto no envolvimento de “maiorias silenciosas” em planejamentos e projetos pré-definidos. Mas o salto de qualidade está em que a participação da sociedade civil organizada, estimulada pela descentralização político-administrativa e pela municipalização, possa se traduzir em partilhamento de poder, interferindo no processo decisório nas esferas da formulação, gestão e avaliação de políticas e programas sociais, assim como no gerenciamento de projetos sociais.

Yazbek (2015) ressalta que a partir de uma formação profissional referenciada nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS(1996) o profissional de Serviço Social é habilitado para o enfrentamento dos novos desafios impostos com relação as políticas sociais, sendo elas uma das principais mediações para o seu trabalho profissional. Estando envolvidos de forma direta na construção cotidiana, operando dentro dos limites e possibilidades dessas políticas, desse processo histórico, em que Yazbek(2015,p.22) destaca,

enfrentamos conjunturas adversas, confrontamos a sociabilidade do capital e construímos mediações para enfrentar as desigualdades e intervir na vida cotidiana dos indivíduos sociais com os quais trabalhamos;

construímos nossas estratégias, nossas “trincheiras para enfrentar manifestações da Questão Social: as “novas” e as de sempre- comprometidos com os interesses das classes subalternas, lutamos por seus direitos e para atender a suas demandas; deparamo-nos com o aumento da demanda por políticas públicas por parte de um número crescente da população que vivencia situações de pobreza, de injustiça, de violência, de exclusão social e subalternização. Com a crise atual, teremos agravados os abusos aos direitos, sobretudo o direito ao trabalho e à proteção a ele vinculada.

O assistente social no seu cotidiano de trabalho convive com a despolitização da política, com o crescimento ideários conservador, devido à profundas transformações na esfera econômica e como aborda Yasbek (2015,p.23), sobretudo na política, um momento difícil, “de aprisionamento pela agenda estruturadora do neoliberalismo, que, particularmente na última década, projetou-se para frente, como um ideário, confundindo tudo e nos aprisionando”. Dessa forma, o assistente social deve buscar a consolidação do PEP e a defesa por direitos sociais, pois estamos vivendo nesse início de século, uma despolitização da questão social e da estrutural desigualdade brasileira. Silva apud Yazbez (2013,p.2) apresenta que o pressuposto é que há uma:

[...] profunda relação entre as transformações, em andamento, nas últimas décadas no regime da acumulação na ordem capitalista, especialmente as mudanças que caracterizam a esfera da produção e o mundo do trabalho, associadas à nova hegemonia liberal-financeira, e as transformações que ocorrem com nas políticas sociais com advento, por um lado, da ruptura trabalho/proteção social, e, por outro, com a recomposição das políticas sócias que se tornam cada vez mais focalizadas e condicionadas. Ou seja, trazem a lógica do workfare ou da contrapartida por parte dos que recebem algum benefício.

Guerra (2007,p.40,41) ressalta que quanto aos dilemas, desafios e perspectivas do projeto profissional de ruptura é importante saber:

- A) dos fundamentos do projeto Ético Político Profissional do Serviço Social Brasileiro (centralidade do trabalho como categoria fundante do ser social, teleologia, ontologia do ser social, igualdade e liberdade em uma relação de indissociabilidade, emancipação humana);
- B) das condições sócio-históricas que apresentam os elementos constitutivos da realidade social (cultura da crise: crise do capital e do capitalismo e suas respostas: acumulação flexível, neoliberalismo e a “pós-modernidade”; crise de bem-estar social; crise das sociedades pós capitalistas; crise da esquerda, a perspectiva imediata e histórica da classe trabalhadora);
- C) da contribuição do debate teórico e político de algumas das indagações presentes no debate contemporâneo do Serviço Social e de sua direção sociopolítica em um momento de resistência quanto às formas destrutivas da sociabilidade humana;
- D) na direção da preservação e do avanço do projeto profissional de ruptura como processo de ruptura com o conservadorismo em sua finalidade social, voltada para os direitos sociais e conquistas históricas, e de sua articulação com o projeto societário emancipatório;
- E) no debate e na contextualização e problematização do projeto profissional na vertente de ruptura com o conservadorismo, no âmbito da renovação da

- profissão, que vincula o projeto profissional ao projeto societário emancipatório;
- F) na contextualização e problematização do projeto profissional como processo de ruptura com o conservadorismo, que estabelece a necessária relação entre projeto profissional e projeto societário, aí contida a dimensão política das atividades socioprofissionais e a direção sociopolítica da profissão;
 - G) nas expressões organizativas da categoria profissional na esfera sindical por categoria profissional, até 1992, e na inserção dos assistentes sociais sociais por ramo de atividade econômica a partir daí, que necessitam ser tematizadas na conjuntura atual;
 - H) na formação acadêmica e no exercício profissional que materializam as opções teórico-metodológicas e ético-políticas que conformam o processo de ruptura com o conservadorismo da profissão.
 - I) na identificação das bases legais que orientam institucionalmente a profissão na década de 1990 e constituem o PEP- Projeto Ético Político- Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão de n. 8662 de 7/6/1993 e as Diretrizes Curriculares de 1996, circunscritas às condições sócio-históricas que possibilitam esse desenvolvimento progressivo no plano teórico, ético e ideopolítico;
 - J) na conjuntura em que emerge o PEP, final dos anos 1970 e anos 1980, período em que se estabelece a direção sociopolítica do projeto profissional;
 - K) nas bases teóricas fundantes do projeto profissional: produção social e o trabalho em suas dimensões teleológica e ontológica, bem como as concepções políticas voltadas para o tema da democracia socialista, mediação necessária na relação entre projeto profissional e projeto societário;
 - L) nas condições políticas dos anos 1980 e a vinculação da categoria profissional aos movimentos sociais que explicitam o fundamento da direção sociopolítica do projeto profissional;
 - M) na gênese, evolução e desenvolvimento do projeto de ruptura como processo. A consolidação deste projeto se estrutura e tem como origem a organização político-sindical dos assistentes sociais pelas suas entidades: Apas e Sindical (plano estadual) e Ceneas/Anas (âmbito nacional) até 1992, a produção acadêmica; a organização na formação (Abepss) e o exercício profissional (Cress/CFESS), e na organização estudantil (Enesso) em que incidem avanços substantivos à dimensão profissional em sua utilidade social voltada para os interesses das classes trabalhadoras. Essas expressões organizativas são acompanhadas do amadurecimento no âmbito do legado marxiano e de tradição marxista;
 - N) nos avanços teóricos e no surgimento do PEP-Projeto Ético político Profissional na década de 1990, em uma conjuntura internacional marcada por um quadro de crises com desdobramentos para a América latina, aí incluído o Brasil.

A natureza do trabalho deste profissional é marcada pela inserção e prestação de serviços sócio-assistenciais nas instituições públicas e privadas tendo como bojo a influência do neopositivismo, do pragmatismo e conservadorismo. São inúmeras as dificuldades que emergem da sociedade capitalista, que o assistente social se depara no seu cotidiano profissional de trabalho. Ao ser chamado a implementar e viabilizar os direitos sociais aos cidadãos, vê-se impossibilitado de efetivar as suas ações de maneira eficaz por depender inteiramente de recursos institucionais, condições de trabalho – que estão cada vez mais escassas – para operar as políticas sociais. Ao ser chamado a implementar e viabilizar os direitos sociais aos cidadãos, vê-se impossibilitado de efetivar as suas ações de maneira eficaz

por depender inteiramente de recursos institucionais, condições de trabalho – que estão cada vez mais escassas – para operar as políticas sociais. Condições dignas de trabalho são o mínimo para a efetivação do trabalho profissional, pois assim, seria possível oferecer um atendimento mais viável aos usuários, permitindo a criação de vínculos de reconhecimento civil.

Assim, quanto ao trabalho do assistente social Santos (1993,p.115), aborda “ ele faz tudo e ao mesmo tempo não faz nada”, ela continua:

Suas funções se encontram, geralmente, em trabalhos tais como classificação socioeconômica dos usuários dos serviços, organizador ou assessor de grupos de trabalhos, promotor de ações tendentes a conseguir recursos da própria comunidade e o Estado, para agilizar a prestação de serviços e para explicar a legislação e o funcionamento dos programas, executor de tarefas, culturais e recreativas, articulador das relações humanas,etc., e ainda, em certos casos, na verdade poucos, é o distribuidor de alimentos e ocupações desse gênero.

Cabe ressaltar, que o cotidiano de trabalho do assistente social não é tão simples como parece, são inúmeras as dificuldades que emergem da sociedade capitalista. É importante frisar que ,a consolidação da dimensão interventiva do assistente social depende de fatores sócio-históricos, políticos, econômicos e culturais que são externos ao universo do Serviço Social. Como ressalta Iamamoto (2008) é imprescindível para o Serviço Social reconhecer as determinações e limitações históricas da realidade social para que não caia no equívoco de atribuir a profissão um caráter “fatalista” e “messiânico”.

No entanto, não podemos negar que o Serviço Social enquanto profissão, teve vários avanços e é preciso continuar avançando pois existe possibilidades ainda que minimamente nesta sociedade capitalista. Dessa forma, desenvolvemos aqui algumas considerações desse processo da profissão. O Serviço Social, busca romper com a tradição conservadora, desde os princípios da filantropia, que eram mobilizados pelo Estado, pelo empresariado, com apoio efetiva da igreja para atuar frente a questão social. Momento de transição do capitalismo competitivo para o monopolista. Nesse contexto é que a classe operaria urbana entra cena, para exigir seu reconhecimento como classe por parte do Estado e do empresariado e por novos tipos de intervenção que fossem para além da filantropia e da repressão (Iamamoto 2008). Yazbek, Martinelli e Raichelis(2008,p.22), também discutem sobre a ruptura do conservadorismo:

Portanto, o quadro que se observa no Serviço Social brasileiro na passagem dos anos 1980 para 1990 é de maturação, a qual expressa rupturas com o seu tradicional conservadorismo, embora, como lembra Netto(1996: 108-111), “ essa ruptura não significa que o conservadorismo (e com ele, o reacionarismo) foi superado no interior da categoria profissional”. Pois a herança conservadora e antimoderna, constitutiva da gênese da profissão, atualiza-se e permanece presente nos tempos de hoje. Maturação que se expressa pela democratização da convivência de diferentes, posicionamentos teórico-metodológicos e ideopolíticos no fim da década. Maturação que ganhou visibilidade na sociedade brasileira pela intervenção dos assistentes sociais nos consideráveis avanços na proteção social, garantidos na Constituição Federal de 1988 e expressos, por exemplo, no ECA, na Loas, no SUS.

A ruptura com o conservadorismo requer que os profissionais de Serviço Social que não sejam meros técnicos executores. Mas que, sejam capazes de ousar enfrentar a realidade e os desafios, de um profissional que é também um intelectual. Para isso é necessário uma luta coletiva da categoria, um preparo teórico e político para decifrar a dinâmica conjuntural, rompendo com as amarras da ilusão. Com relação a lógica conservadora que perdura socialmente, Cardoso e Torres (2015,p.1997), apresenta:

A lógica conservadora que perdura socialmente é a da reeducação das condutas sociais, quer seja pela visão clínica e moralista dos problemas de caráter ou de personalidade, quer seja pelo Demétrio ou incompetência socioeconômica dos sujeitos em estabelecerem padrões mínimos de sociabilidade. Concepção que sustenta o braço de ferro do Estado punitivo, e sua função de proteger a propriedade privada, prevenindo e atacando quaisquer revoltas, manifestações ou turbulências sociais, pela repressão- usado quais armas (literalmente) forem necessárias para a manutenção da ordem social.

Segundo Silva (2015) na atual conjuntura de conservadorismo enraizado, o profissional mais do que nunca precisa reafirmar os fundamentos e a direção social do PEP, a fim de identificar e recuperar os determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais latentes na formação econômica e social do Brasil.

Para a categoria um grande desafio contemporâneo é compreender a realidade, suas tendências e dificuldades frente a face do conservadorismo, que invade o cotidiano do assistente social. Silva (2015,p.42) problematiza:

No Século XIX , problematizar o Serviço Social neste contexto de mudanças conservadoras e reacionárias, que alteram os valores, as relações sociais, significados de ciência e tecnologia, condições de trabalho, direitos, políticas sociais, condições de subjetividade dos trabalhadores, exige- um grande desafio- pensar e reafirmar o Serviço Social, a partir da crítica da economia política.

Quanto a esses procedimentos problemáticos, Guerra (2012. p.52) argumenta que eles podem ser superados:

Ambos os procedimentos podem ser superados dialeticamente no próprio exercício profissional (trata-se daquela superação que questiona e se lança a um nível superior) pela dimensão investigativa, que exige a pesquisa concreta de situações concretas. A busca pelo novo procedimento da razão dialética, tanto em termos do conhecimento quanto da ação, enfrenta tais procedimentos no/do cotidiano, constituindo-se como o antídoto à mera reprodução e manutenção da mesmice.

O entendimento da realidade para a efetivação do trabalho não foi e nunca será uma tarefa fácil, pois a realidade é densa, heterogênea, complexa. Iamamoto (2015,p.20) disserta que um dos maiores desafios que o profissional enfrenta na atualidade é o desenvolvimento da sua capacidade de “decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim de ser um profissional propositivo e não só executivo.”

Assim faz-se necessário um profissional capaz de perceber o movimento do singular e do universal, mediado pela particularidade da realidade presente nas mais diversas expressões da questão social, que ultrapasse a visão da aparência a fim de chegar à essência dos fatos, em busca de uma atuação transformadora. Nas palavras de Guerra (2005,p.15):

Ao clarificar seus objetivos sociais, realizar escolhas moralmente motivadas, compreender o significado da profissão no contexto da sociedade, escolher crítica e adequadamente os meios éticos para o alcance de fins éticos, orientados por um projeto profissional crítico, os assistentes sociais estão aptos, em termos de possibilidade, a realizar uma intervenção profissional de qualidade, competência e compromisso indiscutíveis.

Portanto, deve-se fazer uma reflexão sobre o cotidiano do profissional, a fim de que seja possível construir um exercício profissional mais qualificado e capacitado, fazendo uma articulação indissociável entre as três dimensões: técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político, buscando a compreensão do significado da profissão na divisão sócio-técnica do trabalho e no processo de produção e reprodução das relações sociais, a construção de novos projetos societários em favor da classe trabalhadora e novos rumos ao próprio cotidiano de trabalho, para além do pragmatismo e do capitalismo, que negam a imagem dialética que a profissão construiu, com o PEP.

As competências ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa de domínio do assistente social possibilitam a concretização das finalidades profissionais, utilizando os instrumentos e técnicas necessários para o processo de intervenção profissional. Entretanto, o assistente social não deve ser apenas um profissional apto a lidar com os instrumentos de trabalho, até porque o objetivo a ser alcançado é muito mais importante do que a instrumentalidade. Seu trabalho não está fundamentado em manuais de instruções repetitivos e mecânicos, mas na capacidade criativa e sólida de desempenhar as atribuições privativas estabelecidas pela Lei 8662/93 que regulamenta a profissão.

Em suma, é justamente a formação qualificada nas suas dimensões teórica, ética e técnica que permite o diálogo do assistente social com as demandas desafiadoras no seu cotidiano que lhe são colocadas, com por exemplo, o papel apenas de executor terminal de políticas sociais, sendo este um dos embate que propôs avançar na construção do PEP. Netto, assevera, (1999,p.95):

Os projetos profissionais [inclusive o projeto ético político do Serviço Social] apresenta a auto imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações sociais, privadas e públicas.

Nas palavras de Yamamoto (1998,p.141) a consolidação do PEP não é uma tarefa fácil: “A consolidação do Projeto Ético-Político Profissional que vem sendo construído requer remar na contracorrente, andar no contravento, alinhando forças que impulsionem mudanças na rota dos ventos e das marés na vida em sociedade.”

O profissional de Serviço Social deve, portanto, seguir em busca de romper com o histórico do pensamento conservador, por novas conquistas da imagem ideal da profissão, sua função social, da prática social de qualidade, saberes investigativos, como o fortalecimento do PEP, no sentido do engajamento efetivo do assistente social nas questões que realmente dão sentido ao “ser da profissão”. Com uma ação profissional voltada, de forma comprometida com os interesses e necessidades dos seus usuários, na direção de uma sociedade mais justa e igualitária na qual os direitos sociais sejam de fato efetivados.

CAPÍTULO II: A POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Neste capítulo, procuramos abordar a constituição da assistência social, enquanto política da seguridade social. Levando em consideração, as marcas históricas da sociedade brasileira e o trabalho do assistente social nessa política social no atual contexto do capitalismo contemporâneo. Buscamos discorrer também sobre os benefícios eventuais, um direito social, conforme rege o artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), e está previsto também no quadro da proteção básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Visto que, este benefício apresenta-se como forte demanda dos usuários do CRAS Volante, da cidade de Mariana -MG.

Sobre os benefícios eventuais Simões (2011,p.353) apresenta:

Previsto no art.203, inciso V da Constituição Federal, com a finalidade de atender aos fins sociais e às exigências do bem comum (art.5º LICC), foram instituídos pela LOAS (art.22) regulamentados pelo Decreto n. 1.330/94, art.36 do Decreto n. 1.744/95 e atualmente pelo Decreto n.6.307/2007. Este definiu – os como provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias, em virtude de nascimento, morte, situação de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, integrando organicamente as garantias do SUAS. Define como situações de vulnerabilidade temporária o advento a riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar e calamidade pública, especificando as respectivas situações.

De acordo com o Art. 2º- decreto Presidencial – 2007, os benefícios eventuais tem os seguintes princípios:

- I- Integração á rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;
- II- Constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
- III- Proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação e contrapartidas;
- IV- Adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de assistência Social – PNAS;
- V- Garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;
- VI- Garantia de igualdade de condição no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;
- VII- Afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;
- VIII- Ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e
- IX- Desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social (Art. 2º - Decreto Presidencial – 2007).

Diante do que a lei estabelece e a realidade do CRAS Volante nos perguntamos benefício eventual ou benefício permanente? Direito social ou assistencialismo? Proteção social ou permanência na vulnerabilidade? As reflexões que se seguem buscam identificar os desafios socioprofissionais e ético-políticos contemporâneos que o assistente social ao ser inserido na Política de Assistência Social se depara em seu cotidiano de trabalho. Com uma atuação imediatistas, é possível uma intervenção para além ações imediatistas, pragmatizadas e rotineiras?

Propomos a ampliação desse debate, para que o trabalho seja realmente, de acordo como o que rege a lei de regulamentação da profissão 8.662, 1993 e o Código de Ética de 1993, em que os direitos da população usuária sejam resguardados e o trabalho do assistente social qualificado. Daí, a necessidade de contextualizarmos, problematizarmos e debatermos a configuração dessa política, apontando também possibilidades.

2.1 Política de assistência social no Brasil enquanto seguridade social e o Serviço Social

A política de Assistência Social brasileira passou por várias mudanças desde sua gênese até o presente momento. Portanto, deve-se levar em consideração o movimento da economia e da política na sociedade, e como o Estado vai utilizar da Política de Assistência Social e a maneira como intervirem na “questão social”. Assim, é importante seguir trazendo algumas considerações sobre a trajetória da política de assistência social no Brasil, marcada por uma forte influência da filantropia, associada ao contexto do capitalista tardio que se revelou no Brasil .

Antes da Constituição Federal de 1988, a assistência social, assim como as demais políticas sociais não eram vista como direito do cidadão e dever do Estado. Nesse período predominava o assistencialismo, por meio de práticas eleitorais, clientelistas e populistas. Potyara (2002) denomina esse fenômeno como “uso destorcido e perverso da assistência ou a desassistência”. Yasbek (2000,p.17) também argumenta:

[...] o que observa, é que historicamente a Assistência Social brasileira se estruturou acoplada ao conjunto de iniciativas benemerentes e filantrópicas da sociedade civil. Mais do que isso a Assistência Social brasileira se desenvolveu mediada por entidades do setor filantrópico, bem como acompanhada dessas filantrópicas,

caritativas e benemerentes de socorrer pobres, que se constituíram em mediações fundamentais para o exercício da Assistência Social(não apenas no Brasil).

A filantropia está presente desde a criação da primeira instituição de assistência social, Legião Brasileira de Assistência Social- LBA, por meio de iniciativas pública e privada com a presença da burguesia e da caridade. E ainda nos dias atuais, se apresenta de forma crescente no sistema de Proteção Social do país, por meio de práticas filantrópicas, agora denominadas dentro do chamado terceiro setor. Dessa forma, sendo um processo estratégico aumentando as funções da sociedade civil na campo político e econômico constituído, como Sitcovky (2010) apresenta, pelos aparelhos privados de hegemonia, responsáveis por socializar os valores, os projetos societários das classes subalternas que acabam por passivar e perder seu caráter de resistência e reivindicação. Assim aparentemente criando uma relação mistificada harmoniosa entre as classes, fazendo com as contradições entra a classe subalterna e a classe dominante “desapareça” ou pelo menos seja amenizada, direciona assim a classe trabalhadora no sentido de um consenso a “uma verdadeira reforma intelectual e moral da classe trabalhadora”.

Cabe ressaltar que a lógica gerencial visa consolidar “novas” parcerias do Estado com a sociedade e combinar o público com o privado. Para a sociedade é transferida a responsabilidade de proteção social por meio da solidariedade, da filantropia, da benemerência, contribuindo de alguma maneira para o crescimento das organizações do terceiro setor. O aparelho estatal fica encarregado de criar espaços de colaboração e movimentação de recursos existentes na sociedade, e ainda gerencia os processos de articulação e integração entre o empresariado e instituições governamentais e não governamentais para tratar de situações diversas que afetam a vida da população.

Segundo Sitcovsky (2010) os que defendem a ideia do terceiro setor afirmam a existência de outros dois setores. Dessa forma implicaria necessariamente que a totalidade da vida social fosse sustentada por um tripé: Estado, mercado e sociedade civil. Logo, o primeiro setor seria o Estado, o segundo o mercado e o terceiro a sociedade civil. Ao considerar a sociedade civil como o terceiro setor gesta a mesma como uma esfera independente e oposta as outras, uma vez que nela se firmam a solidariedade, o altruísmo, a cooperação e contribuição entre as classes sociais. Para Sitcovsky (2010,p.164,165), “divide-se, desta forma, o real em esferas autônomas, (des)historicizando a realidade social e, sendo assim, são

demarcados papéis, onde o político cabe ao Estado, o econômico ao mercado e o social é transferido à sociedade civil (terceiro setor).”

Diante de tal situação na contemporaneidade, Iamamoto (2015,p.43), disserta:

Importa deixar claro que não se trata de um ressurgimento da velha filantropia, do século XIX. O que se presencia é a “filantropia do grande capital”, resultante de um amplo processo de privatização dos serviços públicos. Não mais aquelas ações levadas a efeito por “pessoas de boa vontade”, mas uma outra “filantropia”, estabelecida sob novas bases, não mais românticas, mas integradas ao desenvolvimento das forças produtivas. Dotada de alta eficácia, evocando a solidariedade social na parceria entre a sociedade civil e o Estado, é entretanto incapaz de deter, ou apenas encobrir, o outro produto daquele desenvolvimento, a reprodução ampliada da pauperização, que, no mundo contemporâneo, atinge níveis da barbárie social .

Ao fazermos análise da realidade contemporânea , temos que, ainda hoje, a cultura política brasileira é marcada pelo clientelismo⁸, pelo patrimonialismo e mandonismo que impactam as políticas sociais não raras vezes reiterando práticas assistencialistas, ações imediatistas e emergenciais no trato às demandas apresentadas pela população usuária dos serviços sociais. Podemos observar que as ações continuam com fortes influências das características tradicionais da assistência, que negam o direito, como foi referido acima por Yasbek (2010), no capítulo anterior. Tornando o acesso a política de assistência social brasileira, limitada e sem efetividade. Neves (2008,p.45):

A patronagem é sempre realizada na distribuição de benefícios e recursos entre os partidos junto aos pobres. A relação entre os líderes partidários e a população pobre no sentido de incentivá-los à participação se dá através de alguns mecanismos: pelo apoio político em troca de algum benefício, pela coerção, ameaça e força psíquica. Através do *clientelistic contract*, os líderes e seguidores controla e monitoram os grupos “ajudados” pelo Partido.

⁸ De acordo com NEVES (2008) o clientelismo está presente na sociedade brasileira desde o século XIX, onde o coronelismo se manifestaria como uma de suas configurações, este “morre” com a implantação do Estado Novo, deixando seus traços de mandonismo local e clientelismo até hoje na sociedade. É importante ressaltar que embora o clientelismo ainda não tenha sido superado e totalmente extinto na sociedade brasileira, apresenta-se de maneira mais competitiva, moderna, nas organizações do Estado na contemporaneidade. Em síntese, o clientelismo deve expandir as relações de troca por um bem material e do momento eleitoral visando ao voto, pois de acordo com NEVES (2008), é inerente à cultura política na sociedade brasileira e não pode ser visto como atraso das sociedades tradicionais oligárquicas nem entendido como resíduo e resquício a ser eliminado. As relações clientelistas não desapareceram, com a modernização do Estado democrático veio o aparecimento de outros tipos de clientelismo, cada vez mais intensificado e ampliado no contexto de hegemonia neoliberal. (Brito.2013,p.27, apud Neves 2008)

No entanto, muitas lacunas ainda precisam ser preenchidas quando se trata dessa política em um contexto que reflete no Brasil uma combinação da lógica neodesenvolvimentista com o arcabouço neoliberal. Assim, é possível observar que ainda está impregnado a ideia de assistencialismo até os dias atuais. Souza (2015 p.11) , a assistência social tem sido não raras vezes uma moeda de troca política, reforçando então, a ideia do clientelismo, “o que corrobora por complexificar o lugar, o papel, os limites e desafios para atuação profissional junto, especialmente, ao benefício eventual”.

Também para Sitcovky (2010), a política de assistência social teve suas bases e foi socialmente construída com profundas marcas na filantropia, na solidariedade cristã, no voluntarismo e nas ações do terceiro setor, e é nesse cenário que a LOAS é aprovada e implementada Yasbek(2010,p.19):

A primeira constatação é que a defesa da Loas e de uma nova concepção de Assistência Social implica, neste contexto, como exigiu ao longo dos dez anos, necessariamente, o questionamento da tradição clientelista, assistencialista e tuteladora que historicamente configurou suas ações nesta área, um padrão de gestão conservador. A identificação de Assistência Social como assistencialismo e com filantropia ainda é parte de desafios enfrentados nesta área. Décadas de clientelismo consolidaram uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários da Assistência Social em nossa sociedade. Assim sendo, persiste como um dos maiores desafios em relação a esta política sua própria concepção como campo específico de Política Social pública, como área de cobertura de necessidades sociais. Ou seja, pela ausência de parâmetros públicos no “reconhecimento dos direitos como medida de negociação e deliberação” permanecem na Assistência Social brasileira concepções e práticas assistencialistas, clientelistas, “ primeiro damismo” e patrimonialistas[...] ações continuam sobrepostas, pulverizadas, descontinuas, sem impacto ou efetividade.

Com a promulgação da Constituição Federal 1988, pelo presidente Itamar Franco, a assistência social passa a ser considerada política pública, no campo dos direitos da Seguridade Social, não contributiva e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS/1993)⁹. É importante abordar que o público alvo da assistência social, não possui um recorte funcional/setorial claro como nas demais políticas, saúde direito de todos, educação direito de todos, habitação entre outras. Já diferentemente das demais o seu publico alvo é marcado por aqueles que dela necessitar, marcado pela máxima desigualdade.

⁹ Promulgada em dezembro de 1993, regulamentando a Constituição Federal, representou o reconhecimento da Assistência Social como uma política pública de responsabilidade do aparelho estatal.

A partir de então, ao assumir a condição de política pública de Seguridade, ganha um novo status e significado, de dever do Estado, que deveria concretizar direitos sociais previsto na constituição de 1988. A lei nº 8.742/93 dispõem.

Art. 1º - A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativas públicas e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas.

Art. 2º - A assistência social tem por objetivos:

- a. A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- b. Amparo às crianças e adolescentes carentes;
- c. A promoção da integração ao mercado de trabalho;
- d. A habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- e. A garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Parágrafo único – assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais(Conselho Regional de Serviço Social).

A mesma é voltada para aqueles cujas necessidades materiais, sociais e culturais não são asseguradas quer pelas rendas do trabalho, quer pela condição gerencial, infância e velhice, quer por algum tipo de deficiência. Passando a partir então, transitar no campo dos direitos, da proteção social, da universalização do acesso e da responsabilidade estatal, a fim de romper o caráter clientelista e assistencialista que historicamente foi adquirido. Quanto a esse rompimento com marcas históricas da sociedade brasileira, uma equação possível? Como se dá? Quais os limites e possibilidades?

Pelo fato de existir muitas demandas sociais por uma grande quantia de famílias e em vários municípios em busca da proteção social básica, faz-se necessário, uma “rede socioassistencial de largo alcance, a qual ofereça um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e privada, e que desenvolvam, serviços, benefícios, programas e projetos assistenciais”(NOB/SUAS,2005). Demandas essas que se expressam devido a intensidade da “questão social”, que exige uma forte capacidade e estrutura prática operativa do SUAS que foi bloqueada, pelo fato que a assistência social, continuou aprisionada á filantropia e caridade.(Sitcovsky,2010,p.163)

A política de Assistência se realiza principalmente por meio dos programas de transferência de renda e tem se tornado um meio que possibilita o acesso a bens e serviços, ou seja, mesmo que de forma precária propicia o consumo de mercadorias. Dessa forma, a mesma passa a ter como público-alvo os indivíduos que encontram nos benefícios oferecidos por ela a possibilidade de fazerem parte do mundo do consumo, o que lhe atribui um caráter extremamente compensatório. Além do mais, em muitos casos os programas de transferência de renda representam um complemento essencial, ou até mesmo a única renda familiar. SITCOVSKY, 2010, p.153).

[...] a expansão da assistência social no Brasil ocorreu concomitantemente à ampliação do mercado como mediação para o atendimento às necessidades sociais. Aos que não possam atendê-las desta forma, o Estado lhes oferece os serviços socioassistenciais.

Cordeiro(2000,p.116,117) apud Sposati(1988):

Sposati afirma que a diluição de diversos gastos com assistência social, em diversos órgãos do governo federal, sem guardar claramente o conceito pelo qual essas atividades são conceituadas como de assistência social, dá margem a concepções dicotômicas como assistência social *stricto sensu* e assistência social *lato sensu*. A primeira concepção indica a assistência social como um conjunto de ações eventuais de transferências de recursos ou ajudas em espécie voltadas para situações de emergência e destituídas da noção de direito social. A segunda considera como assistência social o conjunto de atividades das várias políticas sociais direcionadas aos mais pobres com transferência de bens em espécie para além dos serviços prestados, como medicamentos, leite, material escolar, alimentos etc..

Nas palavras de Potyara (2002), a política pública de assistência social possui: uma Secretaria Nacional de Assistência Social -SNAS, do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, responsável pela elaboração da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de 2004, que prevê e define o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O Suas amplia o mercado de trabalho do assistente social e de outros profissionais e abre novas possibilidades de intervenção profissional, porém ao mesmo tempo precarizam e intensificam os processos de trabalho, tencionando as formas de efetivação do projeto ético político do profissional de Serviço Social.

A PNAS (2004) estabelece dois níveis de proteção social: a básica e a especial – de média e de alta complexidade. Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais - TNSS (2009), a organização por níveis de complexidade do SUAS, principalmente através dos equipamentos públicos representados pelos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de

Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) têm contribuído para a estruturação, materialidade e maturidade dessa política, apesar dos percalços ainda enfrentados.

O SUAS é responsável por consolidar a Política de Assistência Social e apresenta três funções assistenciais, sendo elas: a proteção social, a vigilância social e a defesa socioassistenciais. Ainda sobre o SUAS, Sitcovsky (2010) aborda que, um ano de implante do SUAS, foi instalado mais de 2300 CRAS em todo território nacional. É importante frisar que os mesmos devem seguir normas e critérios, espaciais e operacionais, ou seja, de acordo com o número de famílias existente em cada município de acordo com (NOB/SUAS,2005).

Ao se comparar os anos de 2000 e 2005, observa-se que houve uma expansão nos investimentos do governo federal, mesmo que de forma mínima, na área da assistência social. A cada ano vem crescendo também o Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS – consequentemente expandindo os investimentos na área da Política de assistência Social. Esses investimentos em sua maioria são destinados a programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação continuada – BPC - , entre outros benefícios.

Nas palavras de Sitcovsky (2010), em relação aos recursos destinados para a assistência social brasileira, tem que ficar atento, em afirmar que os programas de transferência de renda tem atuado como uma verdadeira redistribuição de renda no Brasil, Sitcovsky (2010,p.159) :

Ao contrario, o quadro sumariamente delineado, não revela uma transferência de recursos do capital para os trabalhadores, ou, se preferirem, dos ricos para os pobres, e sim, sugere uma redistribuição de renda entre os próprios trabalhadores.

Segundo Carvalho (2000) a política de assistência social, parece estar organizada para realização de pequenos e obscuros programas compensatórios, que se reduz na operação de mínimos de sobrevivência processados em um retrocesso seletivo que leva a barbárie.

Assim, o período em estamos vivendo com marcas econômicas e políticas globais, que aumentam em grande proporção a desigualdade e a pobreza se resumem na garantia de mínimos sociais, para os mais pobres dos pobres, reforçando assim a seletividade e a meritocracia(Carvalho,2000).

Ainda sobre, Yasbek(2004) apud Yasbek (2002,p.25):

Esse deslocamento na história recente do país insere-se em um contexto de reestruturação dos sistemas de proteção social da política social em geral, processos que por sua vez se explicam em marcos mais globais de redefinição dos mecanismos de acumulação do capitalismo globalizado e que vêm sendo implementadas por meio de uma reversão política neoliberal caracterizada, entre outras coisas, pela destituição de direitos trabalhistas e sociais e pela erosão das condições políticas que conferiam um caráter público à demanda por direitos.

É de extrema importância procurarmos aqui problematizar a ideia equivocada, que o Serviço Social é uma “profissão de assistência social”, identificada como se o assistente social fosse profissional exclusivo da assistência social e que essa política definisse o seu papel e a sua intervenção. Souza (2015)

Para abordar a relação do Serviço Social com a assistência social, é preciso compreender a profissão desde sua gênese até a contemporaneidade. A profissão surge no bojo das expressões da questão social, no período efervescente das desigualdades da sociedade capitalista madura. Assim, a profissão se legitima e institucionaliza para, como um recurso do Estado, do empresariado e com apoio da igreja Católica, a partir dos anos 30 para enfrentamento da questão social. Visto que nesse momento, as ações de caráter religioso e filantrópica estavam sendo insuficientes para responder as demandas da população. A partir de então o Estado intervém de forma diferente não mais como caso de polícia, e sim por meio de condução de políticas econômicas e sociais, passando a enfrentar a questão social como caso de política. Silva (2016,p.39), argumenta:

Como profissão, fundamenta-se e estrutura-se na dinâmica do tensionamento das lutas sociais no Brasil, apropriando-se da questão social como fundamento; compreende a política social como resposta para o enfrentamento da questão social na tensão Estado e sociedade capitalista. Assim, as políticas sociais constituem mediação fundamental no âmbito do trabalho do profissional, sendo que esse trabalho produz resultados concretos nas condições de vida dos sujeitos sociais, e portanto, seu significado histórico e social e as competências e atribuições são tecidos no contexto das relações sociais mais amplas.

O trabalho do assistente social no campo das políticas sociais expressa-se como implementador, por meio de uma prática especializada inserida na dinâmica contraditória das relações sociais. Com a inserção do assistente social com o desenvolvimento e a expansão das políticas sociais, ele passa a atuar como agente dos programas de políticas sociais, aqui em questão a política de assistência social pública.

De acordo com Yasbek (2016), nos anos 1960 na América Latina, com o Movimento de Reconceituação – momento em que a profissão questiona seus referenciais, mostrando - se insatisfeita com a conjuntura na qual estavam inserido, buscam, assim, os profissionais a movimentar-se frente a uma renovação profissional em torno de um arcabouço, teórico, metodológico, técnico-operativo e político. No Brasil, os assistentes sociais sentiram a necessidade de construir um novo projeto profissional, que fosse ao encontro dos interesses da classe trabalhadora, de forma comprometida com suas demandas e os serviços oferecidos. Quanto ao Movimento de Reconceituação, Brant (2014,p.16) frisa:

A partir do legado do Movimento de Reconceituação, sobretudo, na Intenção de ruptura, o que se apresenta hoje no Serviço Social brasileiro contemporâneo é a radicalização da defesa por uma formação profissional competente. Competente no sentido de oferecer elementos para sua inserção na realidade para além do imediato dado. Além disso, a afirmação da legitimidade do PEP, enquanto projeto profissional da categoria, a partir do qual o profissional pode construir sua identidade profissional, relacionada com a totalidade da categoria.

Segundo Yasbek (2016,p.21), a construção do projeto foi impulsionada principalmente pelos principais elementos:

a busca de ruptura com o histórico conservador no pensamento e na ação profissional, na perspectiva de comprometer a profissão com os interesses e necessidades dos usuários. Essa busca desencadeou um processo de renovação da profissão amplo e plural e que se expressou nas instâncias de ensino pesquisa, nas organizações representativas dos assistentes sociais e nos espaços organizacionais do mercado de trabalho do assistente social .

Um movimento significativo que resultou desse processo foi denominado “Congresso da Virada”(1979), que deu potência e condições para o Serviço Social brasileiro, construir o projeto ético-político, teórico-metodológico e técnico-político. Sobre o Congresso da Virada, Silva (2016,p.35) argumenta:

O Congresso da Virada (1979) foi realizado em uma conjuntura de enfrentamento, tendo, de um lado, a Ditadura Civil – militar, e, de outro, a organização das trabalhadoras e trabalhadores, movimentos sociais por sua organização sindical. Proporcionou ruptura com o pensamento conservador e o profundo impacto na mudança de paradigma da formação e do trabalho profissional e no âmbito de organização das entidades da categoria.

O contexto histórico da Constituição de 1988 também trouxe mudanças para o Serviço Social, mas cabe aqui ressaltar é pós Constituição, momento em que os profissionais ultrapassaram de meros executores de políticas sociais para tornar gestores dessas políticas e assumirem posições de planejamento.

Com a introdução e o enraizamento da ofensiva neoliberal no contexto de capital financeiro no Brasil, desde os anos 90 são muitas as transformações no campo social, econômico e político. No que tange as políticas públicas as consequências são completamente desfavoráveis. Em meio à justificativa de crise fiscal do Estado a população enfrenta com frequência a precariedade e queda da qualidade dos serviços prestados pelo serviço público, decorrentes da diminuição dos recursos principalmente para área social. Isso evidencia que as mesmas vêm sofrendo um “desmonte a marteladas” com a incursão neoliberal no país. O Estado brasileiro vem restringindo e baixando a qualidade dos serviços prestados, em função da classe dominante e é a população que “sente na pele” os efeitos disso em seu cotidiano, devido as condições da política econômica do Brasil, que conta com dívida interna, superávit primário e cortes nos recursos principalmente da área social. Devido essas condições econômica do país observa-se o agravamento da “questão social” e pondo o Brasil como um dos países mais desigual em escala mundial.

Uma das expressões da questão social é o desemprego gerido pelo modo de produção de capitalista, devido a uma relação de trabalho precário, como a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, devido a inserção tecnologia, maquinas e também pelo fato que para o capital é vantagem que exista uma população sobrando, supérflua, fazendo que com que aumente cada vez mais o numero de desemprego.

Porém, para o capital não é vantagem que essa população perca totalmente seu meio de consumo, pois o capital necessita de sua valorização que é adquirida a partir do momento em que a mercadoria se realiza, ou seja, que ela vendida. Dessa forma entra em cena os programas de transferência de renda, que ainda que de forma mínima possibilite o consumo. Sitcovky (2010,p.154):

A parcela da população que não tiver suas necessidades atendidas nas vitrines do mercado, mediante os seus salários, tornar-se-á público alvo da Assistência Social. Isso denota a relação existente entre a assistência social, o trabalho e a intervenção do estado na reprodução material e social da força de trabalho.

Em sua maioria, as famílias beneficiárias dos programas de transferência de renda além de possuir um precário acesso aos bens de consumo, tem o benefício como única fonte de renda, renda essa que varia de benefício para benefício monetário. Pois para aqueles que não estão aptos ao trabalho, com sua força de trabalho em condições de vender, para garantir sua sobrevivência o capitalismo por meio de intervenção Estado inseri os inaptos ao mercado

de trabalho ou que por motivos temporários estão fora do mercado de trabalho, são lançados em programas de renda e emprego, requalificação profissional, entre outros.

Cabe destacar, que com a reorientação e redefinição das responsabilidades e ações do aparelho estatal, uma série de cortes foram efetivados no que diz respeito, aos gastos sociais, as políticas sociais sofreram uma verdadeira retração. Evitar gastos excessivos e estimular a participação da sociedade civil na prestação de serviços sociais passa a ser o lema. Ao considerar essa consequência marcante, Sitcovsky (2010) acredita que o processo de retração das políticas certamente influencia nas novas transformações recentes da seguridade social (expansão da assistência social, privatização da previdência social e da saúde pública).

Isso mostra a desresponsabilização do Estado para com a efetivação das políticas. Como consequência disso, e em favor do capital que busca intensamente valorização, lucros, ocorre o processo, de mercantilização das políticas públicas, que passam de direitos garantidos em lei para todos, a ser um serviço mercantil, como a privatização da saúde e da previdência social. Dessa forma, percebemos o capital invadindo com todas as suas forças novas esferas da vida social, a fim de que sua necessidade de lucratividade esteja sendo garantida.

2.2 O cotidiano de trabalho do assistente social no CRAS Volante da cidade de Mariana -MG

O assistente social convive com várias expressões da questão social no seu cotidiano de trabalho e com a despolitização da política, com a marca do conservador ideário, entre outras questões na contemporaneidade. Como “o desafio de realizar a difícil tarefa de *(re) construir o político na política social*, o que supõe participar da criação e disseminação de uma *cultura que torne indeclináveis os direitos da população com a qual trabalhamos*.” São os mais diversos desafios impostos, nesse cenário difícil, sombrio, de profundas transformações tanto na esfera econômica quanto na política. São vários os desafios encontrados no cotidiano do assistente social, seja na construção de direitos sociais no âmbito das políticas sociais e /ou em outros campos de seu exercício profissional, em defesa da classe subalterna com o papel de politizar e visibilizar os seus interesses e direitos na esfera pública

YASBEK, MARTINELLI E RAICHELIS(2008,p.), as referidas autoras apontam um desafio que diz respeito:

à importância que o trabalho com famílias vem adquirindo, não apenas na política de assistência social, onde ganha centralidade, mas no conjunto das políticas sociais. O reforço da abordagem familiar requer dos assistentes sociais cuidados redobrados para que não se produzam regressões conservadoras, nem se ampliem ainda mais as pressões sobre as inúmeras responsabilizações que as famílias devem assumir, especialmente no caso das mulheres responsáveis pelo domicílio e pelos cuidados de filhos pequenos. Como analisamos no primeiro item deste artigo(Gênese e institucionalização do Serviço Social no Brasil), o trabalho com famílias está na base e origem da profissão, como uma das principais mediações disciplinadoras da classe trabalhadora diante do agravamento *questão social* naquele contexto histórico. Esta discussão ganha relevância hoje quando se constata a tendência de deslocamento dos conflitos que têm raízes societárias para os âmbitos privados da esfera doméstica e comunitária, com a sua consequente despolitização e culpabilização das famílias pela situação em que se encontram. Assim sendo, não basta o Serviço Social e os assistentes sociais constatarem as transformações por que passam as famílias contemporâneas, se persistirem abordagens conservadoras e disciplinadoras no trabalho profissional que realizam. Mais ainda em se tratando da política de assistência social, com forte herança moralizadora na intervenção social junto às famílias, via de regra definidas como “desestruturadas”, especialmente quando se trata de famílias pobres.

Devemos considerar que o caminho percorrido pelo Serviço Social brasileiro entre resistências, desafios, rupturas com o conservadorismo e possibilidades foi um longo caminho e que ainda hoje enfrenta desafios, nas palavras de Yasbek (2016):

No cenário mais recente, desde o início do milênio, o Serviço Social brasileiro ainda enfrenta a difícil herança do final do século anterior, agravada pela crise que se inicia em 2008, com seus processos de globalização, com sua valorização do capital financeiro, suas grandes corporações transnacionais, seus mercados, suas mídias, suas estruturas mundiais de poder e as graves consequências dessa conjuntura para o tecido social em geral, configurando novos desafios no âmbito da questão social, em que destacamos a precariedade, a insegurança e a vulnerabilidade do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores que perdem suas proteções e enfrentam problemas como o desemprego, o crescimento do trabalho informal precarizado, além de se confrontarem com uma nova sociabilidade competitiva, individualista e pressionada pelo pensamento conservador que cresce na sociedade global (Yasbek,2016,p.21).

Portanto o assistente social precisa investir e fortalecer as dimensões teórico-prática e político-profissional, como também organizar politicamente a categoria de forma a consolidar o projeto ético político da profissão. Mas vale frisar que o profissional está habilitado para enfrentar essa realidade, buscando a consolidação do projeto e a defesa dos direitos sociais, e desvendando a realidade para além de sua aparência.

Em 2009, foi implantado em Mariana – MG, o Serviço de Atendimento Social Itinerante (SASI). O SASI, atualmente referenciado como CRAS Volante de Bairros, tem como objetivo prestar serviços de proteção social básica no território de abrangência do mesmo, que está localizado na Rua Venceslau Braz, nº 781, Bairro Rosário- Mariana – MG. O território de Abrangência do CRAS – Volante Bairros – Mariana – (MG) são: Barro Preto, Centro, Morada do Sol, Rosário, Santana, Santo Antônio, São Gonçalo, São José (Chácara), São Pedro e Galego.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), é uma instituição pública estatal de base territorial, que viabiliza o acesso da classe trabalhadora aos serviços de proteção social básica. Também chamado de “casa das famílias” é uma unidade pública estatal de base territorial, que viabiliza o acesso por parte dos usuários aos serviços de proteção básica da Assistência Social. São instalados em áreas do município em que as famílias e indivíduos encontram-se em situação de vulnerabilidade e risco social a fim de proporcionar a estes segmentos da população um contato maior com os serviços prestados.

A equipe do CRAS Volante Bairros, aqui em questão desenvolve trabalhos com as famílias cadastradas com o intuito de contribuir no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, na viabilização dos direitos e na melhoria das condições de vida. Por meio de serviços e ações, de caráter preventivo, protetivo e proativo para o trabalhador e sua família de famílias cujos vínculos familiares e comunitários ainda não foram rompidos, rege a (Resolução CNAS N.109, de 11 de novembro de 2009, que Aprova a Tipificação de Serviços Socioassistenciais).

Atualmente, os Assistentes Sociais do CRAS Volante Bairros de Mariana, trabalha em função das demandas dos moradores dos bairros de sua abrangência. Por meio de acolhimento e cadastramento das famílias em vulnerabilidade social; articulação e fortalecimento a rede de Proteção Social Básica local; encaminhamento as famílias e dos indivíduos para a rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial; articulação dos encaminhamentos das famílias e indivíduos para os serviços das demais políticas sociais, como saúde e educação; promoção do acesso e da garantia aos direitos sociais e a informação; visitas domiciliares; acompanhamento e monitoramento dos encaminhamentos realizados; promoção da inclusão de pessoas com deficiências e seus familiares nos serviços e ações de

proteção básica. Merecendo destaque, o benefício da cesta básica, por aparecer como forte demanda dos usuários nos atendimentos individuais, tema que será desenvolvido a seguir.

Já foi abordado na seção 2.1, sobre os benefícios eventuais, é importante retomarmos o tema aqui novamente. Souza (2015, p. 38), apresenta temas: “O auxílio vulnerabilidade temporária, para enfrentamento temporária, para o enfrentamento de situações de riscos, perdas e danos à integridade da pessoa e/ou de sua família; podem decorrer de falta de acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação.”

O benefício da cesta básica é oferecido atualmente todo mês, por meio de atendimentos realizados pelo assistente social do CRAS Volante Bairros, geralmente o usuário já possui o cadastro. Dessa forma, o assistente social faz uma avaliação do cadastro levando em consideração as condições socioeconômicas, a fim de verificar se o usuário tem perfil para receber a cesta básica, a mesma é liberada de 1 em 1 mês, dependendo da situação de 2 em 2 meses. O que era para ser um benefício eventual oferecido por um tempo determinado de 4 meses, como auxílio-alimentação emergencial passa a ser um benefício permanente. Cabe ressaltar que esse fenômeno ocorre nos municípios nos moldes dos interesses de cunho cultural social, político, econômico entre outros, em que os municípios mantem essa situação. Pereira (2010,p.20)

Em decorrência, não é casual que a prática da concessão dos benefícios eventuais venha apresentando as seguintes tendências: cada governo municipal os concebem, denominam, provêm e administram, de acordo com o seu entendimento, valendo-se quase sempre, do senso comum para, dentro de suas possibilidades financeiras gerenciais, atender contingências sociais prementes. Tem – se, assim num espaço não desprezível de participação da assistência Social como política pública e direito de cidadania a condenável prática do assistencialismo que, além de desafiar os recentes avanços no campo assistencial, vem se afirmando como um não-direito social.

CAPITULO III: PESQUISA À CAMPO

O capítulo que se segue, tem por base a pesquisa de campo, com propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade frente aos embates do cotidiano profissional de Serviço Social no CRAS Volante, que nos possibilitaram uma maior aproximação da realidade das assistentes sociais, inclusive as que estão contratadas como analista de saúde plena, pela terceirizada da SAMARCO Serviços Médicos Especializado-SME SAMARCO, e que utilizam-se do mesmo espaço públicos(CRAS). Vale salientar que foram contratadas pela empresa privada, para realizarem seus trabalhos sob coordenação de uma instituição Pública municipal, e esse trabalho se deu por meio da “medida cautelar” (anexo 4), devido ao crime da SAMARCO.

Quanto, a duração do contrato dos profissionais seria de quatro meses (4). Neste primeiro momento foram contratadas para trabalharem por quatro 4 meses, de forma direta com os moradores dos distritos que foram atingidos pelo rompimento da barragem. Por meio de identificação de demandas, visitas em hotéis, acompanhamento, escuta, orientação, encaminhamentos para outros setores e serviços e viabilizar o acesso a 2º via de documentos, visto que muitos foram perderam no desastre. Completado o período de tempo do contrato, a empresa propôs o encerramento do mesmo alegando que o serviço que deveria ser prestado já estava cumprido. Neste segundo momento, na busca de renovação do contrato, foi construído um plano de ação que justificava a necessidade de prorrogar o contrato. O plano foi apresentado para a SAMARCO e para a secretaria de desenvolvimento social e cidadania. Assim no dia 5 de maio, entrou em ação o plano que propunha a integração da equipe contratada pela SME com a equipe do CRAS, visto que a equipe da SME, já estavam utilizando da mesma estrutura que os funcionários públicos do CRAS. Integrando também os atingidos, que passaram a ser usuários do CRAS, unificando assim, o público.

Dessa forma, foi realizado pelas equipes que estavam alocados em todos os CRAS do município de Mariana um plano de ação. Em que argumentaram que com apenas quatro meses, foi possível realizar parte do trabalho como: busca ativa das famílias, visitas domiciliares, análises de casos, identificação de demandas emergenciais, encaminhamentos e relatórios de forma efetiva e com qualidade. Mas precisaram de mais tempo para realizarem um acompanhamento sistemático das famílias, devido as diversas demandas de fragilidade, vulnerabilidade social, emocional, dos moradores que ainda continuavam sendo apresentadas.

Após apresentação para a SAMARCO e a Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania do município de Mariana-MG, ficou acordado a partir de maio de 2016 a renovação do contrato desses profissionais por mais quatro meses e a junção/integração deles com a equipe do CRAS. Logo, além do acompanhamento às famílias atingidas pelo rompimento da barragem, passaram a fazer atendimentos no CRAS juntamente com a equipe do CRAS, visto que devido o ocorrido as demandas aumentaram, uma vez que esse desastre além de afetar as famílias diretamente atingidas, também afetou de forma indireta toda a população marianense, seja emocional e/ou estrutural, mas, principalmente pelo aumento do desemprego.

No entanto, em 5 de maio houve a integração desses técnicos aos serviços do CRAS, por meio de um plano de ação, que propôs a integração dos técnicos da SME com os técnicos do CRAS, na perspectiva de proporcionar uma junção dos atingidos pelo rompimento da barragem, com os demais usuários do CRAS, unindo o público. Portanto, a análise da pesquisa realizada tem por base, as respostas das assistentes sociais participantes, tanto das servidoras públicas, como também das contratadas pela SME, considerando a junção desses técnicos, que a partir de então passaram a prestar serviços diretamente no CRAS.

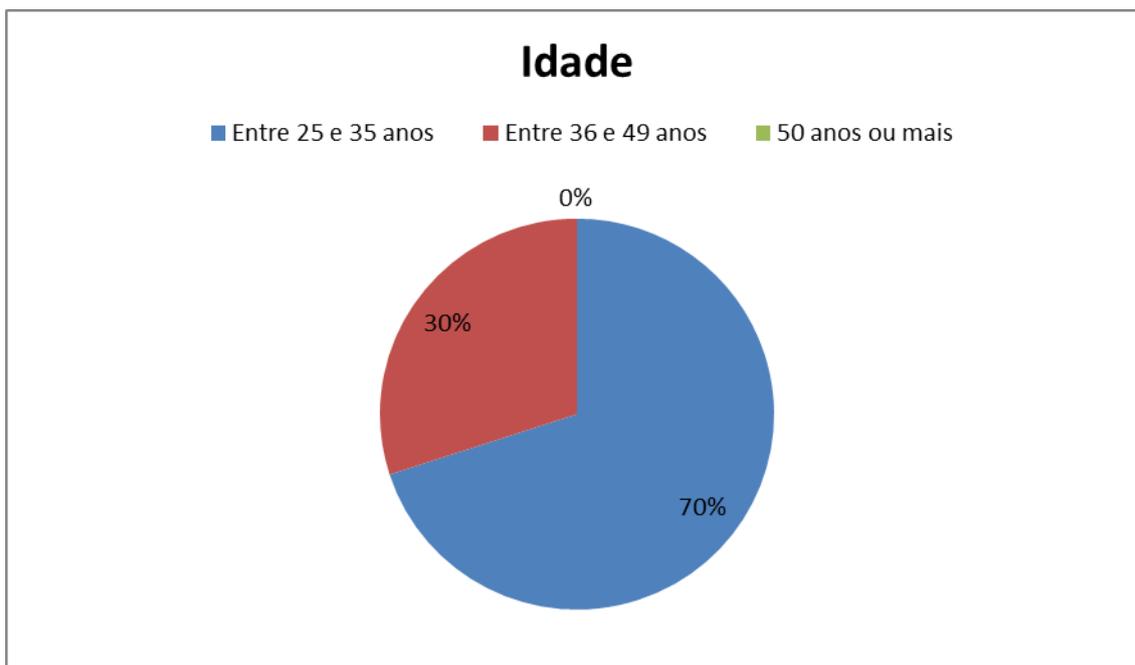
Logo, as assistentes sociais contratadas pela terceirizada da SAMARCO, (Serviços Médicos Especializados – SME), que já trabalhavam desde janeiro de 2016, com as famílias atingidas pelo desastre ambiental, também participaram e contribuíram para a realização deste estudo. É importante ressaltar que a entrevista e o questionário foram realizados com o consentimento de todas as assistentes sociais que participaram, acordando também a liberação da gravação. Dessa forma, antes de iniciar a pesquisa, todas assinaram um termo de consentimento livre esclarecimento (anexo 3).

A pesquisa à campo se deu por meio, de realização de entrevistas (anexo 2) , com dezoito 18 perguntas, oito (8) de identificação pessoal, seis (6) a respeito das condições e relações de trabalho e por fim sete (8) questões com relação ao exercício profissional do assistente social no CRAS Volante. Para nortear a entrevista e nos possibilitar um conhecer o perfil das assistentes sociais que trabalham atualmente no CRAS, contamos com um questionário (anexo 1) com vinte e três (23) questões . Quatro (4) das assistentes sociais não participaram da entrevista, segundo elas, o motivo foi expresso pela falta de tempo. Foi

possível fazer a entrevista somente com seis (6) assistentes sociais de dez (10), sendo três (3) assistentes sociais em regime de concurso público e três (3) contratadas celetistas pela empresa privada SME, também trabalham três (3) assistentes sociais no CRAS Volante Distritos, uma (1) concursada pela prefeitura e duas (2) contratadas pela SME, que utilizam do mesmo espaço público de trabalho, a mesma infra estrutura, quanto ao questionário consegui aplicar para todas no total de dez(10).

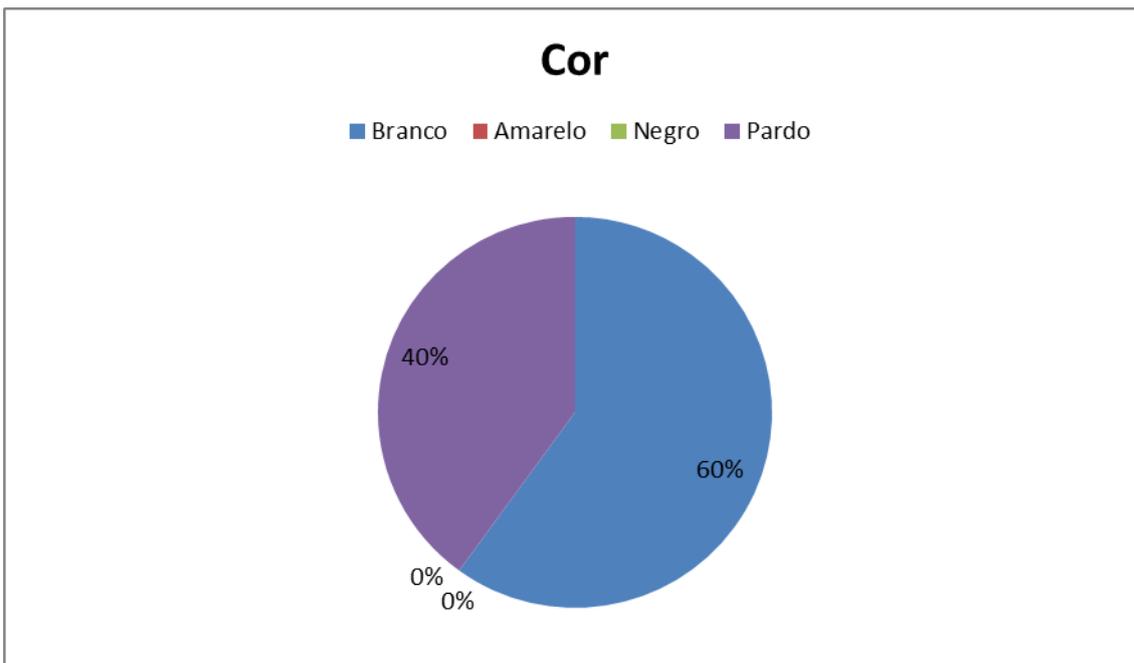
3.1 Análise dos dados coletados

Objetivando conhecer e aprofundar a realidade de trabalho dos assistentes sociais do CRAS, a sua realidade cotidiana de trabalho, fazendo assim uma articulação com o que já foi tratado nos capítulos anteriores, deste estudo, dos inúmeros desafios que vivenciam no seu campo de trabalho. De forma, procuramos ampliar e aprofundar, sobre as experiências, dificuldades e possibilidades do cotidiano de trabalho das assistentes sociais que trabalham no CRAS, tendo como referência o atual Projeto Ético Político. A seguir será apresentado as interpretações e análises dos dados coletados na pesquisa a campo e sua análise.



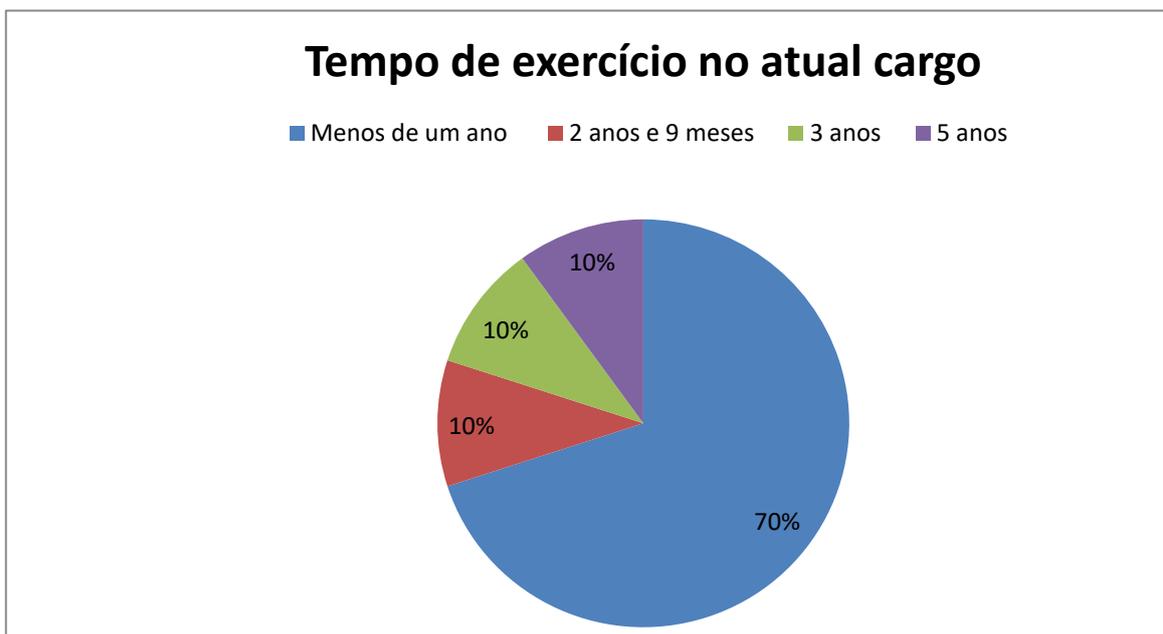
Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Como mostra o gráfico a maioria das participantes tem entre 25 e 35 anos de idade, ou seja, (70%).



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Observa-se aqui que 60 % das entrevistadas consideram-se brancas e, 40% pardas.

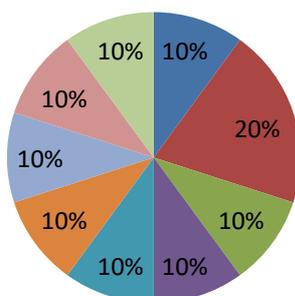


Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Neste gráfico, percebe-se que a maioria das entrevistadas (70%) estão no atual cargo por um curto período de tempo e, que apenas 30% das mesmas possuem vínculo empregatício de dois ou mais anos de serviço.

Tempo de residência em Mariana

■ 8 anos ■ Reside em Ouro Preto ■ 2 anos e 9 meses
■ Reside em Ouro Branco ■ 4 anos ■ 16 anos
■ 2 anos e 1 mês ■ 5 anos ■ 7 anos

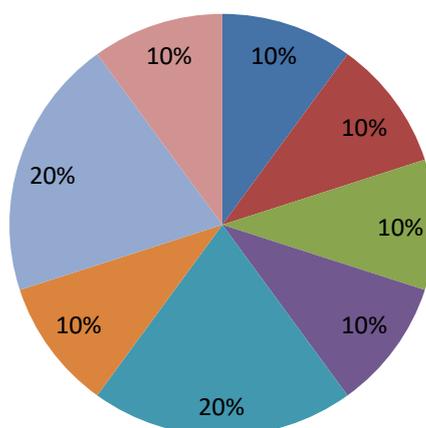


Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Através desta pergunta nota-se que a maioria das entrevistadas (70%) residem na cidade em que trabalham, Mariana – MG por um período que varia de 2 (dois) a 16 (dezesesseis) anos e, que 30% residem em outras cidades.

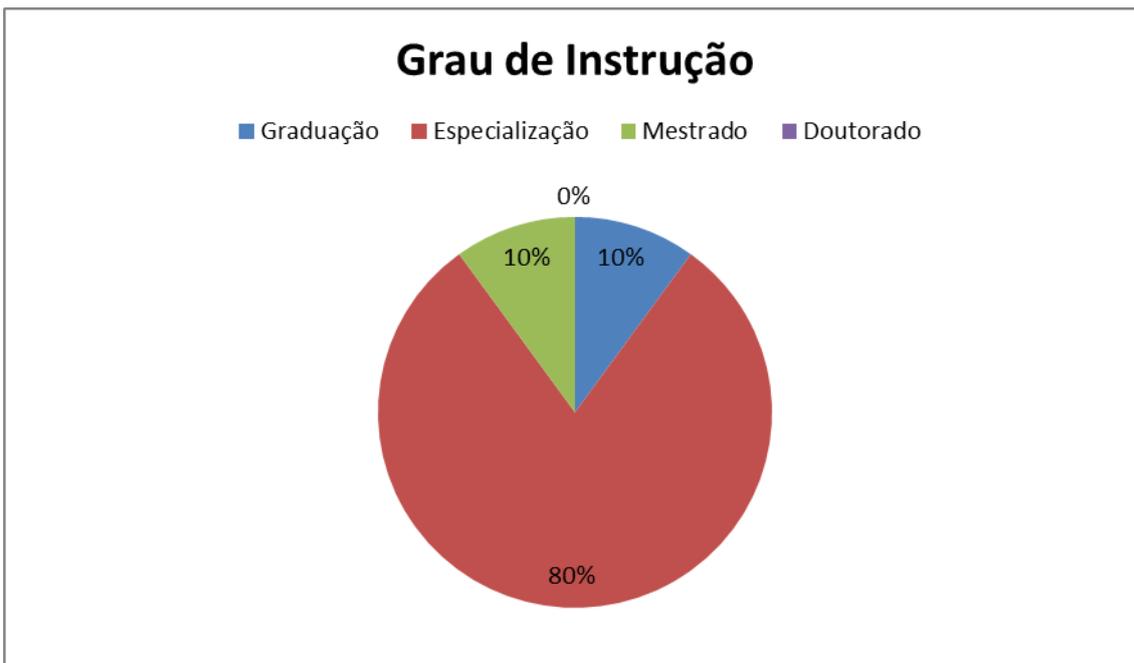
Ano de formação

■ 1994 ■ 2006 ■ 2007 ■ 2008 ■ 2009 ■ 2010 ■ 2013 ■ 2015



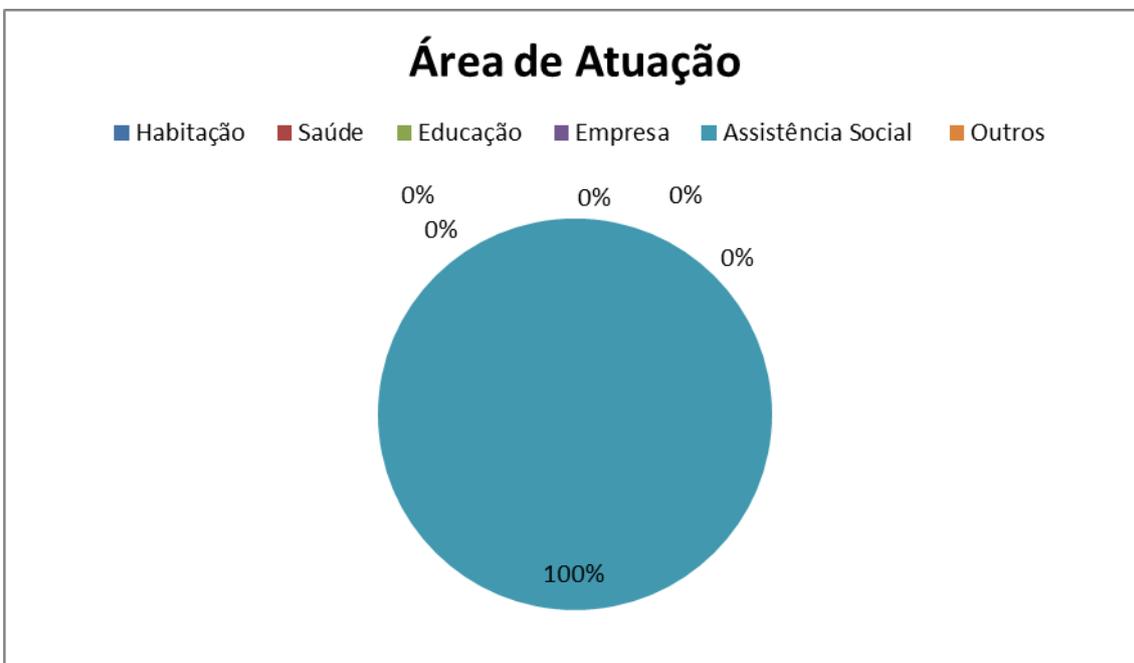
Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Observa-se por este gráfico que 90% das entrevistadas formaram - se entre os anos de 2006 e 2015, ou seja, possuem 10 anos ou menos de formação e, que 10% formou-se no ano de 1994.



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

É interessante analisar que a maioria das assistentes sociais que trabalham no CRAS Volante, isto é, 80%, possuem especialização. Tem-se ainda que 10% das entrevistadas possuem mestrado e 10% são somente graduadas.



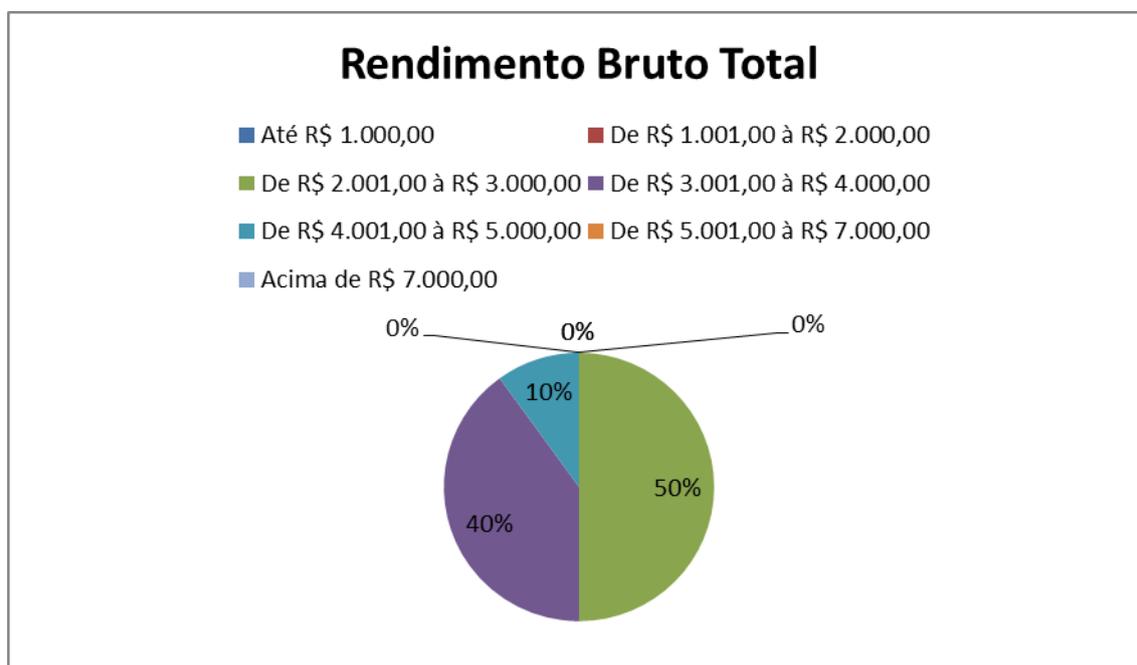
Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Como mostra o gráfico, 100% das participantes trabalham na área da assistência social no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS da cidade de Mariana-MG.



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Observa-se por este gráfico que ao serem questionadas se possuem outro emprego, 80% das assistentes sociais entrevistadas disseram que não e, 20% responderam que sim.

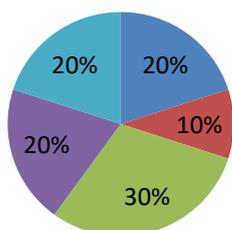


Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Como mostra o gráfico, metade (50%) das entrevistadas possui um rendimento bruto total que varia de R\$ 2.001,00 à R\$ 3.000,00, que 10% ganham de R\$ 3.001,00 à R\$ 4.000,00 e que outros 10% ganham de R\$ 4.001,00 à R\$ 5.000,00.

Há quanto tempo trabalha na área da assistência social?

- Menos de 6 meses
- De 6 meses a menos de 2 anos
- De 2 anos a menos de 4 anos
- De 4 anos a menos de 6 anos
- 6 anos ou mais

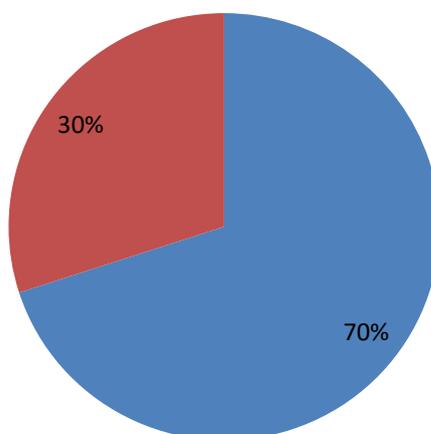


Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Neste gráfico, percebe-se que 20% atua a menos de 6 (seis) meses na área da assistência social, que 10% atua de 6 meses a menos de 2 (dois) anos, que 30% trabalham nesta área de 2 a menos de 4 (quatro) anos, que outros 20% já atuam na assistência social por um período que varia de 4 a menos de 6 anos e que, outros 20% já estão nesta área por 6 anos ou mais de trabalho.

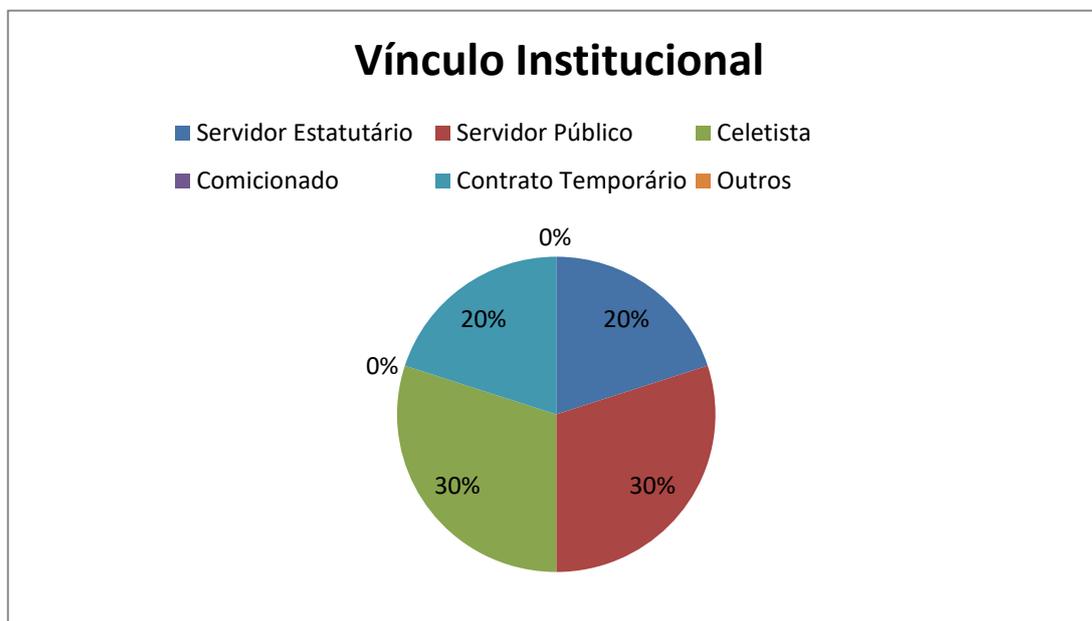
Instituição onde atua

- Cras Volante Bairros
- Cras Volante Distritos



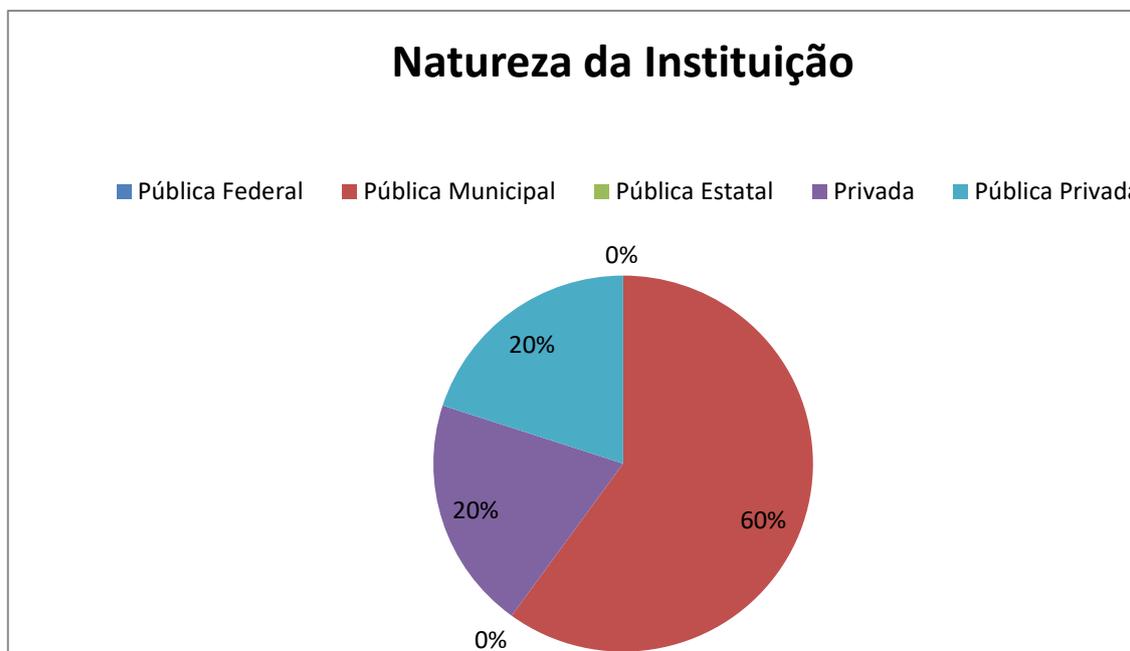
Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

O gráfico acima mostra os setores onde estão inseridos os assistentes sociais que participaram desta pesquisa à campo, isto é, a instituição onde atuam. Nota-se que 70% atuam no CRAS Volante Bairros e 30% no CRAS Volante Distritos.



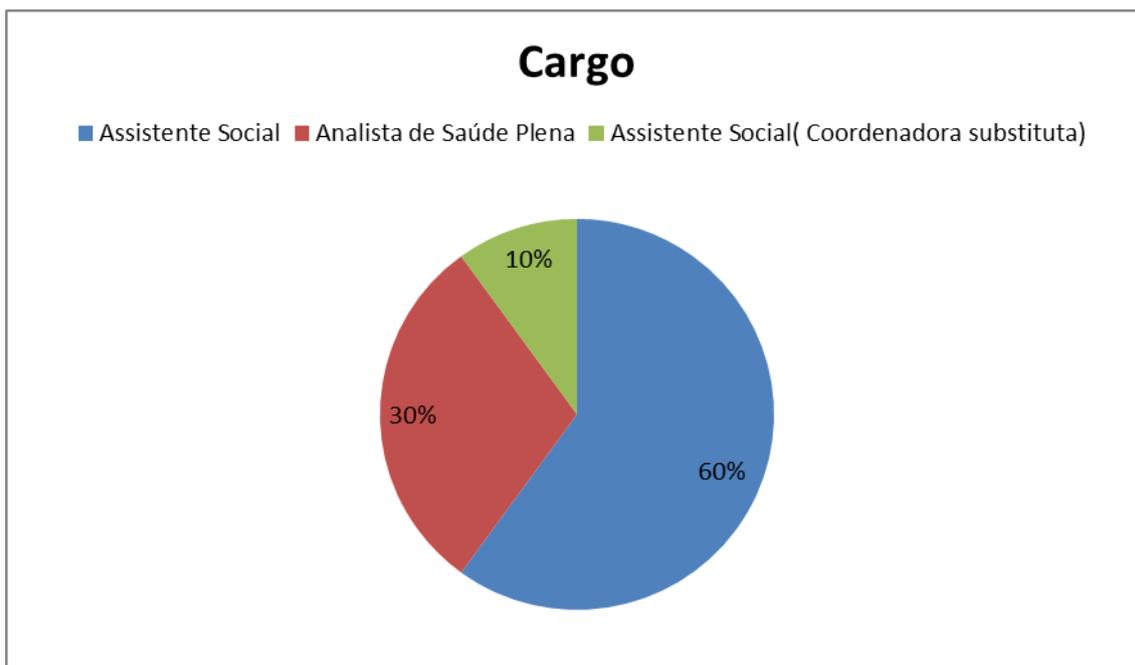
Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Quanto ao vínculo institucional como mostra o gráfico, 60%, das participantes são celetistas e servidoras publicas e, 40% são servidoras estatutárias e com contratos temporários.



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

A natureza da instituição na qual atuam, 60% responderam que atuam em uma instituição pública municipal, 20% em instituição publica privada e as outras 20% responderam instituição privada.



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

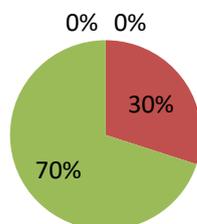
Na questão que foi perguntado qual o cargo, mais da metade, 60% responderam que são assistentes sociais, 30% são analistas de saúde plena contratadas pela SME e ,10% assistente social, porém no momento da pesquisa esta atuando como coordenadora substituta do CRAS Bairros.

Quanto a pergunta, “*Quais demandas que a instituição coloca para os assistentes sociais alocados no setor*”. Devemos considerar, o que rege a Resolução CNAS N.109, de 11 de novembro de 2009, que Aprova a Tipificação de Serviços Socioassistenciais, no que se refere ao Serviços de Proteção Social Básica, (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas). Obtivemos respostas das participantes em sua maioria com base nessa resolução, foram: demandas por acolhidas, busca ativa, encaminhamentos para demais políticas, fazendo assim um trabalho de articulação entre os setores e atendimentos por demandas espontâneas. Elas ressaltam, que com relação aos atendimentos espontâneos grande parte, são para fim de concessão de benefícios eventuais, em destaque cesta básica.

“Atendimentos de demanda espontânea, busca ativa, visita domiciliar, análise para liberação de cesta básica, encaminhamentos, trabalhos em grupo com vista a fortalecer os vínculos familiares e comunitários, acompanhamento sistemáticos das famílias, entre outras” (Participante A4).

Avaliação dos Serviços Prestados pela Instituição e pelo Município

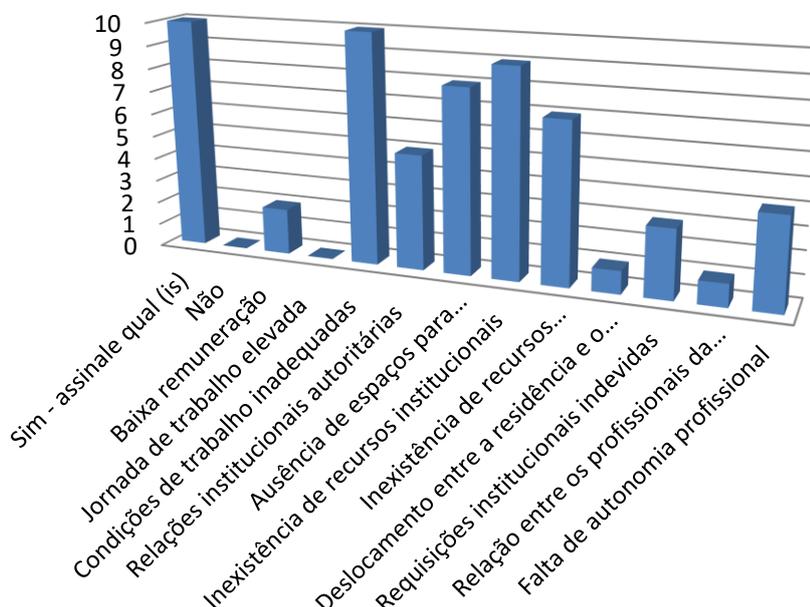
■ Ótimo ■ Bom ■ Regular ■ Ruim



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

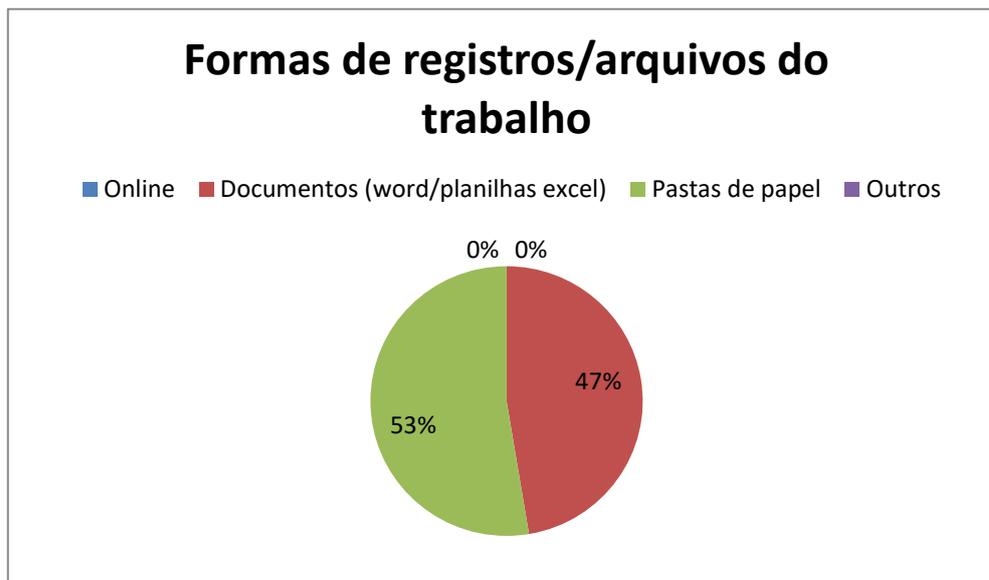
Com relação a avaliação dos serviços prestados pela instituição e pelo município, 70% das participantes responderam que são regular, como mostra o gráfico acima, e 30% consideram os serviços bom.

Existe (m) aspecto (s) que dificulta (m) sua atuação?



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Observa-se aqui no gráfico, que todas responderam, sim, e que são inúmeros os aspectos que dificultam a atuação do assistente, como estão apresentados no gráfico.



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Com relação, as formas de registros e arquivos de trabalho, 53% as entrevistas responderam que as formas são por meio documentos WORD, planilhas em EXCEL) e 47% pastas de papel.

De acordo com a questão, “*Como é atualmente as suas condições de trabalho*”, frisa-se que com a chegada dos técnicos contratados pela SME, com o aumento da equipe as condições de trabalho que já eram precárias e restritas, ficaram ainda mais insatisfatórias. Tanto os técnicos da SME quanto os servidores públicos concordam que as atuais condições de trabalho são precárias. Estas condições estão em contrapartida com a Tipificação de Serviços Socioassistenciais -TSS que defende ambiente físico, recursos materiais e humanos de qualidades. Com base nos princípios fundamentais, nos direitos e deveres do Código de Ética de 1993, as contemporâneas com acabam comprometendo, o sigilo do profissional e do usuário e a qualidade dos serviços prestados.

“As condições de trabalho são insatisfatórias na medida em que impedem a boa fluidez dos serviços. O espaço é insuficiente para alocar o número de técnicos, tornando o ambiente confuso por causa espaço limitado. É comum faltar até mesmo cadeiras para atendimento aos usuários e material/lanche para a realização de grupos e atividades” (Participante A1).

“Irregular, considerando que muitas vezes é necessário aguardar uma sala para a realização de atendimentos que preservem o sigilo profissional respeitando o/a atendido” (Participante A9)

“Precária, não há salas individuais para todos os técnicos alocados no setor, não ha transporte para realização de todas as atividades com qualidade” (Participante A10).

Sobre as respostas obtidas da pergunta, *“Tendo por base o Código de Ética como você avalia as condições que dispõe para a realização de seu trabalho”*. Responderam de forma geral que as condições impostas, como foi abordado no capítulo 2, do tempo difícil que estamos vivendo de grande hegemonia do capital, não podemos desconsiderar a particularidade desse capital no país como o Brasil subalterno. Expressa a desqualificação do trabalho, comprometendo o sigilo do profissional e do usuário, ferindo o que dispõe o Código de Ética do assistente social. Como relataram durante a entrevista, não existem nem salas individuais para todos os técnicos, além de espaços e infra estrutura precárias, falta as vezes até mesmo cadeiras para atendimentos, como foi exposto acima nas falas das entrevistadas, na questão anterior.

“As condições de trabalho são insuficientes, não permitem que possamos garantir em plenitude os princípios fundamentais do nosso Código De ética, bem como os direitos e deveres expostos no mesmo documento, principalmente no que se propõe o 10º principio fundamental:” compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população”(Participante A1).

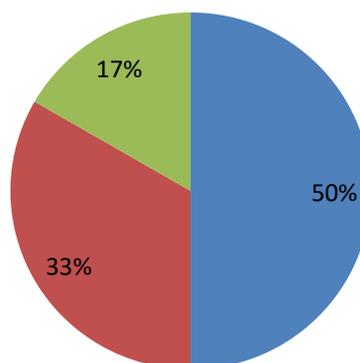
Na pergunta, *“De acordo com a lei de regulamentação da profissão nº 8.622 de 1993, como você avalia as condições que dispõe para a realização de seu trabalho”*, foi proposto fazer uma avaliação entre a lei de regulamentação da profissão e a relação com as condições de trabalho atuais do assistente social, nas quais dispõem no seu cotidiano de trabalho. Como foi retratado no capítulo 1, as condições de trabalho estão cada vez mais difíceis , influenciando a qualidade dos serviços prestados. Como resposta da entrevista quando a esta questão, uma parte consideravelmente significativa, abordou que atualmente, a autonomia do profissional é comprometida e fragilizada se avaliadas com o que rege a lei da profissão 8662 de 1993. Visto que, o trabalho passa a ser fragmentado pela estrutura física inadequada e precária, pois existe um número grande de profissionais que trabalham no mesmo prédio (CRAS). No entanto no que se refere ao cumprimento do art. 5º dessa lei, de duração de 30 horas semanais de trabalho, no CRAS é respeitada e está em vigor.

“Desrespeitosa, pois os profissionais assistentes sociais, na maioria das vezes não têm autonomia para realização do seu trabalho”(Participante A9).

“As questões que perpassam o ambiente de trabalho destacam no que envolve a jornada de trabalho de trinta horas semanais, que no CRAS é cumprida de acordo com a lei que regulamenta a profissão, entretanto existem questões no que diz respeito as atribuições privativas do profissional que não deveriam ser exercidas neste ambiente de trabalho com a atual condição de trabalho que dispõe” (Participante A4).

Você identifica no seu trabalho o papel do Estado na garantia dos direitos sociais?

■ Sim ■ Não ■ Indecisos



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Com relação à questão, como mostra o gráfico acima, 2 duas das participantes responderam não, que o Estado não garante direitos sociais. Três 3 responderam que sim, no que se refere ao repasse de verbas, mas os limites e problemas encontrados na não garantia de direitos é devido a cultural assistencialista local. Indo em contra partida com a Constituição de 1988 e a LOAS 1993, exige por parte do governo um planejamento e atuação intergovernamental que condizem com os fluxos financeiros do fundo da assistência social, Cordeiro (2000). Não raras vezes o município é incapaz de garantir o acesso a política de assistência social, de tal forma que se efetive e concretize-se como um direito e não como forma de favor e troca de interesses, como fortes marcas da realidade brasileira.

“Sim. Mesmo que minimamente e voltado aos “pobres dos pobres” o Estado é a instituição garantidora dos direitos sociais”(Participante A1).

“Algumas vezes sim, outras não, infelizmente não garante os direitos tanto como deveria. Devido à má gestão de nossos gestores, impedi que o Estado garanta os direitos à população” (Participante A2).

“Não. O repasse de verbas é feito de forma completa, entretanto a efetivação dos direitos sociais não é garantida, penso que os limites encontrados na política dizem respeito a um problema de gestão” (Participante A4).

“Sim. Mesmo que minimamente e voltado aos “pobres dos pobres” o Estado é a instituição garantidora dos direitos sociais”(Participante A3).

“Sim. Consigo identificar, mas ele não se concretiza pela falta de uma gestão política incapaz de perceber a política de A.S como um direito, mas como favor e troca de interesses, em Mariana, particularmente, eleitorais”(Participante A9).

Com relação a responsabilidade do Estado frente as políticas sociais Cordeiro(2000,p.117) aborda:

Sendo a assistência social uma política pública, o Estado é responsável pela garantia dos direitos que ela prevê, o que implica garantir fontes necessárias ao seu financiamento e coordenar a sua execução (parâmetros de funcionamento, critérios, planejamento, monitoramento e avaliação etc). Não significa que deva ser o executor das ações (embora possa também sê-lo), mas responde pelo controle da qualidade e existência dessas ações.



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Constata-se como está identificado no gráfico acima de 100% das participantes, responderam sim, que a cultura local impacta no seu trabalho profissional, devido a característica cultural assistencialista do município.

Com bases nas respostas, da *“A cultura politica local impacta no seu trabalho profissional? Sim ou Não?”* Todas as entrevistadas responderam que a cultura politica local, impacta no seu trabalho. Esta realidade , que foi abordada no capitulo 2, da atual situação de “politicagem” e assistencialismo no município, é um desafio para o assistente social. Um exemplo disso é o que acontece com a concessão do beneficio eventual da cesta básica, que é feito de forma cultural na cidade, como forte caráter assistencialista. Ainda vivemos em uma

sociedade com fortes presenças de coronelismo, paternalismo, damismo, autoritarismo “política do favor, da troca de votos”. Isso acaba por afetando a autonomia do profissional e a noção do direito, mantendo a lógica do favor, que vem da particularidade da história brasileira, mas ainda se mantem com fortes influencias na contemporaneidade .

“Sim. Impacta diretamente na medida em que a política de assistência é totalmente permeada pela cultura política mantida pelo município, carregada de traços arcaicos, coronelistas e paternalistas. Os políticos sentem-se no direito de tutelar a população com a doação de benefícios que deveriam ser apenas eventuais e desta forma os usuários acabam por acostumar com essas práticas, se tornando dependentes. Por isso, passam a ver o CRAS como instrumento apenas de doação dos mesmos. É muito comum usuários comparecem ao serviço a mando de políticos locais, portando, muitas das vezes, bilhetes assinados pelos mesmos, ordenando a liberação de benefícios. Também comendo o quadro da “política do favor”, temos a prática do “primeiro-damismo” como um desserviço ao papel da assistência social, na medida em que deslegitima, com suas trocas de favor, o papel desta política”(Participante A1).

“Sim. Temos com exemplo a cesta básica, benefício emergencial, que na cidade de mariana é concedida de uma forma cultural, assim como outros fatores sendo eles os resquícios do coronelismo e a forte presença do assistencialismo na cidade”(Participante A4).

“Sim, pois as pessoas são divididas em prós e contras àqueles que estão passando pela gestão. Os interesses não comuns, são particulares, o que interessa é favorecer aqueles que fizeram e ajudaram os políticos a se elegerem”(Participante A9).

“A cultura do município é assistencialista, vem enraizado o favor e não direito, tornando o trabalho social de promoção grande desafio”(Participante A10).

Na pergunta referente, *“De acordo com a Política de Assistência Social o que é oferecido pelo CRAS”*. As entrevistas de modo geral, relataram que é realizado atividades relacionadas, com a Seção IV, Dos Programas de Assistência Social, Art24-A, que dispõe do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, como também consta na Tipificação, na parte dos Serviços de Proteção Social Básica e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV.Com relação aos resultados obtidos, ficou em destaque como serviço oferecido no CRAS, os benefícios eventuais, referenciados na Seção II do Art.22, da Lei N..8.742, de 7 de dezembro de 1993(Lei orgânica da assistência Social). Essa evidência se deu devido a grande demanda dos usuarios, pelo beneficio eventual da alimentação, cesta básica,(cadastros, avaliações socioeconômicas para concessão de cesta básica).

“Infelizmente, em detrimento dos fatos acima expostos e da pouca estrutura disponível, 90% do serviço oferecido pelo CRAS é relativo ao benefício da cesta básica(cadastramento, avaliação, reavaliação sócio-econômica e entrega de cestas básicas). Os outros 10% ficam em torno de grupos e atividades relacionadas ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos como parte do PAIF”(Participante A1).

“Acolhimento, Encaminhamentos, grupos de fortalecimento de vínculos, Cesta Básica, Isenção de 2ª via de documentos, BPC, Bolsa Família”(Participante A3).

“As atividades relacionadas ao que propõe o (Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e ao Serviço de fortalecimento e convivência de vínculos (SFCV) visando o atendimento sistemática das famílias de forma que os serviços referentes a política de assistência sejam viabilizados”(Participante A4).

Com relação a questão, *“Quais as demandas trazidas pelos usuários do CRAS”*, fazendo uma articulação com a pergunta, *“Quem é o usuário que procura os serviços do CRAS”*. Segundo as assistentes sociais, são pessoas de baixa renda, com dificuldades financeiras, alguns tutelados por vereadores. Obtivemos como resposta pela maioria , que uma das fortes demandas trazidas por estes os usuários do CRAS na cidade de Mariana-MG, todos os meses é a demanda pelo benefício da cesta básica, como foi exposto de forma clara e desconfortável, por uma assistente social durante a entrevista.

“Cesta básica”(Participante A1).

“Algumas demandas relacionadas como pedido de cestas básicas, isenções em taxas de certidão, grupos, visitas, acompanhamentos familiares”(Participante A2).

“Famílias em estado de vulnerabilidade econômica, necessitando de cesta básica”(Participante A1).

“Famílias de classe menos favorecida, que depende da política pública de assistência para garantia e manutenção dos seus direitos”(Participante A3).

Analisando os dados coletados da pergunta, *“Para você qual o papel do CRAS”*, a resposta de muitas assistentes sociais foi que, atualmente o papel e a visão dos usuários quanto ao CRAS, é de “distribuidor” de cesta básica, se não tem cesta o que fazer, o que buscar no CRAS? O que o CRAS além de distribuidor de cesta básica? Essa realidade aparece de forma cultural na cidade, alimentando a vulnerabilidade, e nada mais, além disso. No entanto, a categoria como parte da classe trabalhadora, deve buscar alternativas que ultrapassem essa atual realidade, e que seja realizado no CRAS, o seu papel de fato, de porta de entrada para as famílias, como primeiro acesso a proteção básica. Assim, é preciso o fortalecimento dos Núcleo de Assistentes Sociais - NAS,(que existe ativo na cidade de Mariana), como também participação em encontros, seminários, e congressos oferecidos pelo CRESS, ABEPSS, entre outros, para os assistentes sociais, a fim de compartilharem seus

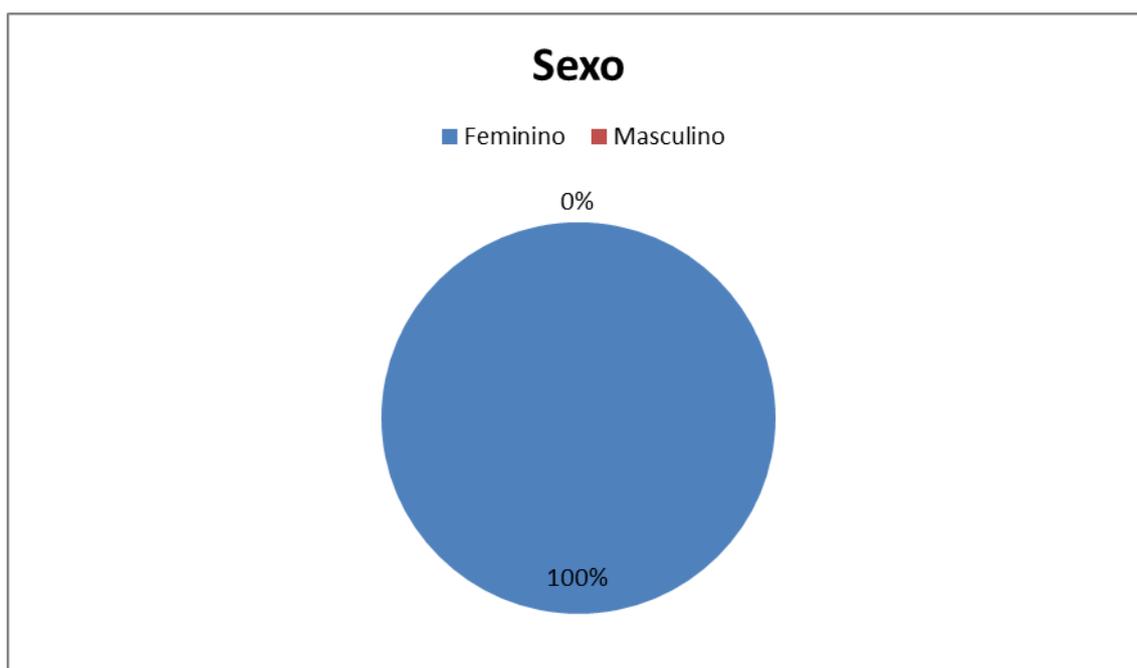
limites e possibilidade, unindo os profissionais, de modo a fortalecerem suas capacidades crítica e de intelectual, que hoje marcam sua imagem social.

“Infelizmente, hoje, o papel do CRAS no município é distribuição de cesta básica” (Participante A1).

“O papel do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) é um órgão de extrema importância, porta de entrada para a família, para demais políticas, proteção básica de extrema importância que trabalha a questão da prevenção social(vulnerabilidades sociais)”(Participante A2).

“O CRAS tem como principal papel fazer o acolhimento, busca ativa e acompanhamento sistemático dos usuários tendo em vista o desenvolvimento do PAIF E SVCF” (Participante A4).

“Ampliar o conhecimento do/a atendido/a acerca dos seus direitos, além de prevenir riscos psicossociais e/ou auxiliá-lo em momentos nos quais ele/a se encontra em vulnerabilidade ou com o risco para tal”(Participante A9).



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Como mostra o gráfico 100% das assistentes sociais que trabalham no CRAS são do sexo feminino.

Na pergunta, *“Para você como os usuários vêem os assistentes sociais”*, as participantes assistentes sociais responderam que muitos veem o assistente social como “moças boazinhas”, “salvador da pátria”. É um desafio para os profissionais desconstruir essa visão que muitas pessoas tem com relação a imagem social dos assistentes sociais,

trabalhadores inseridos na divisão social e técnica do trabalho, como foi trabalhado no capítulo 1. Um profissional crítico que estudou e estuda para trabalhar frente as expressões da questão social na realidade social. Dessa forma cabe ao assistente social no seu trabalho dar materialidade ao PEP no seu cotidiano de trabalho a fim de romper com essas visões que a maioria dos usuarios dos serviços ainda tem. Existem várias opiniões das entrevistadas.

Um fato interessante é que a maioria dos graduandos em Serviço Social, chegam com essa visão marcada pela influencia católica e da classe burguesa, que os profissionais viveram antes de sua institucionalização como profissão, por isso ainda existe grande quantidade de mulheres assistentes sociais. Como podemos observar no gráfico abaixo que mostra, 100% dos entrevistados são do sexo feminino.

“Como profissionais que trabalham com concessão de cesta básica”(Participante A1).

“Muitas vezes os usuários tem como o Assistente Social como o “salvador da pátria” e desconhecem o verdadeiro papel do profissional que garanti direitos, emancipação e potencializar estes sujeitos”(Participante A2).

“Há dois parâmetros, um a “moça boazinha”, outro a pessoa que acolhe, aonde se senti referencia”(Participante A3).

“Quebrar a forma assistencialista de ser visto pelos usuários ainda é um desafio a ser enfrentado, a lógica da benesse ainda está muito presente no plano subjetivo dos usuários, entretanto destaco que os mesmos nos respeitam e entendem a formação técnica que nos leva a atuar perante a instituição”(Participante A4)

“Os beneficiários ainda nos enxergam como “meninas boazinhas” que vão “dar” alguma coisa que o governo mandou. Infelizmente! É como se ficássemos 04 anos na faculdade para aprender a entregar cesta básica, por exemplo”(Participante A9)

“Acredito que os usuários veem os profissionais numa única saída para uma melhor qualidade de vida, já que o sistema capitalista não os possibilita uma igualdade nas condições de vida deste sistema” (Participante A10)

Devido à realidade exposta durante a entrevista por parte das assistentes sociais entrevistas e pelo meu contato nessa realidade por meio do estágio, com o projeto de intervenção, ai desenvolvido buscou-se desmistificar essa questão, como já foi referenciado

no capítulo 1 e 2 que no CRAS só tem cesta básica e falta de conhecimento de quem é o assistente social, qual sua função no CRAS. Dessa forma, foi realizado pela equipe dos estagiários, sob orientação dos supervisores folderes informativos, com perguntas e respostas, sobre o que é o CRAS, quais os serviços ofertados, quais os critérios para ter acesso aos benefícios etc. É importante ressaltar que o papel do CRAS vai além de distribuir cesta básica, e que possui outros serviços, porém a maioria dos usuários devido a cultura local assistencialista ainda vêm somente esta atuação. O CRAS é a porta de entrada para as famílias no sistema de proteção básica, nele é oferecido os serviços do PAIF e do SCFV. Projeto foi realizado no dia (05 de julho de 2016) dia em que tinham muitos usuários na recepção, era dia em que a cesta básica havia chegado. O objetivo foi socializar as informações que continham nos folderes e para além disso, tirar as dúvidas, deles e apresentar que o acesso no CRAS e os serviços ofertados é um direito deles e não um favor como o município persiste em manter essa lógica.

A pergunta, “*O que você entende por uma assistência social de qualidade*”, boa parte das assistentes sociais, responderam que uma assistência social de qualidade seria uma política em que os direitos embasados nas leis fossem de fato garantidos, de forma ampla e em plenitude, garantindo também a qualidade dos serviços e benefícios prestados. Como foi argumentado no capítulo 2, uma assistência social de qualidade, requer avanços para além de uma cultura assistencialista, onde os direitos sejam respeitados para além da politicagem. Que sejam realmente efetivados em ampla qualidade e que os profissionais possam ter autonomia para desenvolver seu trabalho como um trabalhador liberal de forma a viabilizar o acesso à política de assistência social, longe dos marcos assistenciais e políticas partidárias.

“Uma política onde o profissional tenha autonomia de desenvolver o papel de um trabalhador liberal longe dos moldes assistencialistas e sempre paritário a efetividade dos direitos sociais”(Participante A4)

“Uma política onde todos, beneficiários e profissionais, tenham seus direitos respeitados independente de questões políticas partidárias”(Participante A9)

Quanto a questão, “*Quais os desafios enfrentados pelo Serviço Social na política de assistência*”. As participantes responderam que são inúmeros os desafios, como as práticas da “política do favor”, tradição assistencialista clientelismo entre outros aspectos que impactam e dificultam a atuação do assistente social, nos mais diversos campos de trabalho aqui em questão, no CRAS, na política de assistência social.

“É necessário desmistificar o CRAS enquanto centro de distribuição de cesta básica e promover ações que contemplem o PAIF em sua plenitude. Além disso, é muito importante que as práticas da “política do favor” sejam desvinculadas da política de assistência social, favorecendo a autonomia do serviço social no município” (Participante A1)

“Os desafios enfrentados a política giram em torno da que não estão previstas em nosso código de ética visto que as infraestruturas oferecidas as instituições ainda possuem grandes limites espaciais” (Participante A4)

“A falta de gestores capacitados para estarem à frente do setor responsável pela A.S. A cultura de que Serviço Social qualquer um pode exercer, inclusive sem formação técnica. Uma união maior dos profissionais em grupos menores com os Núcleos de Assistentes Sociais NAS e CMA, por exemplo, pois precisamos ocupar os espaços para que juntos possamos ser ainda mais fortes como categoria e avançar nos direitos dos beneficiários” (Participante A9)

Com relação a pergunta, *“Para você o que é o Projeto Ético Político- PEP”*. Grande parte das entrevistadas, tiveram a mesma visão quanto ao PEP, enquanto projeto profissional do assistente social, como foi discutido no capítulo 1 e 2, visto como um avanço da profissão de Serviço Social, que norteia o trabalho dos profissionais em favor da classe trabalhadora, em busca do acesso ao direito, a fim de que seja realmente cumprido como tal, de forma real para além do lei. O PEP é considerado o norteador do trabalho do profissional de Serviço Social, sendo a referencia para seu cotidiano de trabalho, nas dificuldades e possibilidades do seu trabalho .

“É um movimento importantíssimo na historia do Serviço Social que precisa ser colocado em prática nas nossas atuações cotidianas colaborando com toda forma de erradicação de preconceitos e em defesa das políticas públicas de qualidade com acesso e equidade para toda a população” (Participante A9)

“É o compromisso com o cidadão, com a qualidade dos serviços, é dar um olhar ao direito do cidadão, como autonomia do sujeito, emancipação” (Participação A10)

Continuando as análises, no que diz respeito a questão, *“No seu cotidiano de trabalho como se dá materialidade ao Projeto Ético Político –PEP”*, podemos constatar que não é uma tarefa fácil, porém possível, como foi tratado no capítulo 1 e 2, referenciado por Yamamoto(1988). Como isso ocorre no cotidiano de trabalho, as entrevistadas responderam que tentam atuar de forma que o PEP seja o norte do seu trabalho, orientando os usuarios dos seus direitos e onde procurar. Entretanto, apontam a dificuldade das condições nas quais

estão imbricados que dificulta que o PEP se materialize no seu cotidiano profissional, como o conservadorismo e o assistencialismo, históricos brasileiros, como sempre é frisado neste trabalho.

“A partir das minhas atuações pautadas numa teoria e concepção de divisão de classes, priorizando a classe operária e recusando o conservadorismo, restabelecendo a democracia da sociedade” (Participante A3).

Um processo importante com relação ao PEP é o momento de aprendizado do graduando de Serviço Social, quando entra em campo de estágio. O assistente social supervisor, trabalhando de forma que o PEP se materialize, passando assim o exemplo para o estagiário, pois nesse período é que o estagiário passa a ter um maior contato com o trabalho profissional, que possibilita uma articulação com a teoria adquirida no curso. Com relação as perguntas “*Você é/ou foi supervisor ?*” Obtivemos como resposta que 5 cinco das entrevistadas, já foram ou são supervisoras de campo, no entanto 1 uma das entrevistas relatou que ainda não teve a oportunidade de exercer a atividade de supervisionar. No que se refere a pergunta, “*Como é/ou foi sua experiência ?*” .Quanto a essa experiência as assistentes sociais que já foram, ou são supervisoras, em sua maioria responderam que a experiência foi boa, tanto para o profissional , como para os estudantes, um momento de aprendizagem, de ganho e trocas de experiências para as duas. Momento de aprendizagem tanto para o aluno quanto para o profissional, momento de compartilhar juntos, momento rico principalmente para quem está se preparando para atuação futura.

“Fui supervisora de campo sim, porém em outra instituição, atualmente não sou supervisora, pois estou atuando em um contrato temporário. Minha experiência foi excelente, aprendemos muito juntas, atuava no setor de saúde, tentamos desenvolver projetos contudo o tempo que fiquei na instituição não foi suficiente para implantarmos algumas ações desejadas” (Participante A3).

“Sim, minha experiência se deu da forma mais completa e satisfatória possível tendo em vista que a supervisão de campo é uma grande oportunidade de troca e aprendizagem junto aos estagiários” (Participante A4).

O estágio é considerado um instrumento norteador que visa trazer contribuições fundamentais para o processo de ensino-aprendizagem do aluno. É por meio dele que o

estudante tem a possibilidade de aprofundar ainda mais à sua formação crítica, propositiva, interventiva e investigativa, apreendendo os elementos que constituem a realidade social advinda da dinâmica capitalista. O estágio em Serviço Social encontra-se regulamentado na Lei de Estágio (11.788/2008), a Política Nacional de Estágio elaborada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social estabelecidas pelo MEC (Resolução MEC n.15/2002), as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da ABEPSS, a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n. 8662/1993), o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e a Resolução CFESS Nº 533/2008, que regulamenta a supervisão direta do estágio no Serviço Social. No caso do estágio do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP ele ainda conta com a Política de Estágio Supervisionado do Curso de Serviço Social.

O Estágio Supervisionado em Serviço Social é um processo de aprendizagem do aluno estagiário, espaço no qual há observação crítica da realidade vivenciada pelo profissional no respectivo ambiente de trabalho. Tal ambiente possibilita ao aluno: uma articulação entre a formação e o exercício profissional, uma familiarização com a instituição, com os programas e projetos, com a política social, aqui em questão – política de assistência social, identificação das expressões da questão social. Além do conhecimento e da problematização da realidade nos campos de estágio (Vasconcelos, 2009). Guerra (2002,p.5) ainda completa:

“[...] só o estágio permite a análise concreta de situações concretas”. Tal apropriação oportuniza aos alunos contato com as situações reais de trabalho nos seus campos de estágio, entendidos como sínteses de múltiplas determinações, de muitas relações sociais, históricas, econômicas (de produção), políticas, culturais e ideológicas.

Lewgoy (2010), chama atenção para questão, da formação em Serviço Social, que não deve reduzir-se à mera preparação de tarefas, ação atrelada à burocracia, à atividades mecânicas, rotineiras. Mas sim uma construção de um profissional com perfil crítico, criativo, investigativo, que tenha comprometimento com os valores e princípios que norteiam o Projeto Ético Político (PEP). Apresenta também a importância do estágio supervisionado em serviço social para a formação, atividade privativa do assistente social.

Portanto, ao abordar a importância do estágio deve-se considerar também a importância de uma supervisão orientada pelas Diretrizes Curriculares, que deve acontecer obrigatoriamente concomitante – acadêmica e de campo - à entrada e permanência do estagiário no terreno. Sendo que no projeto de formação profissional um dos princípios é a indissociabilidade entre formação e exercício profissional (ABESS, 1997), articulação necessária no processo de estágio supervisionado.

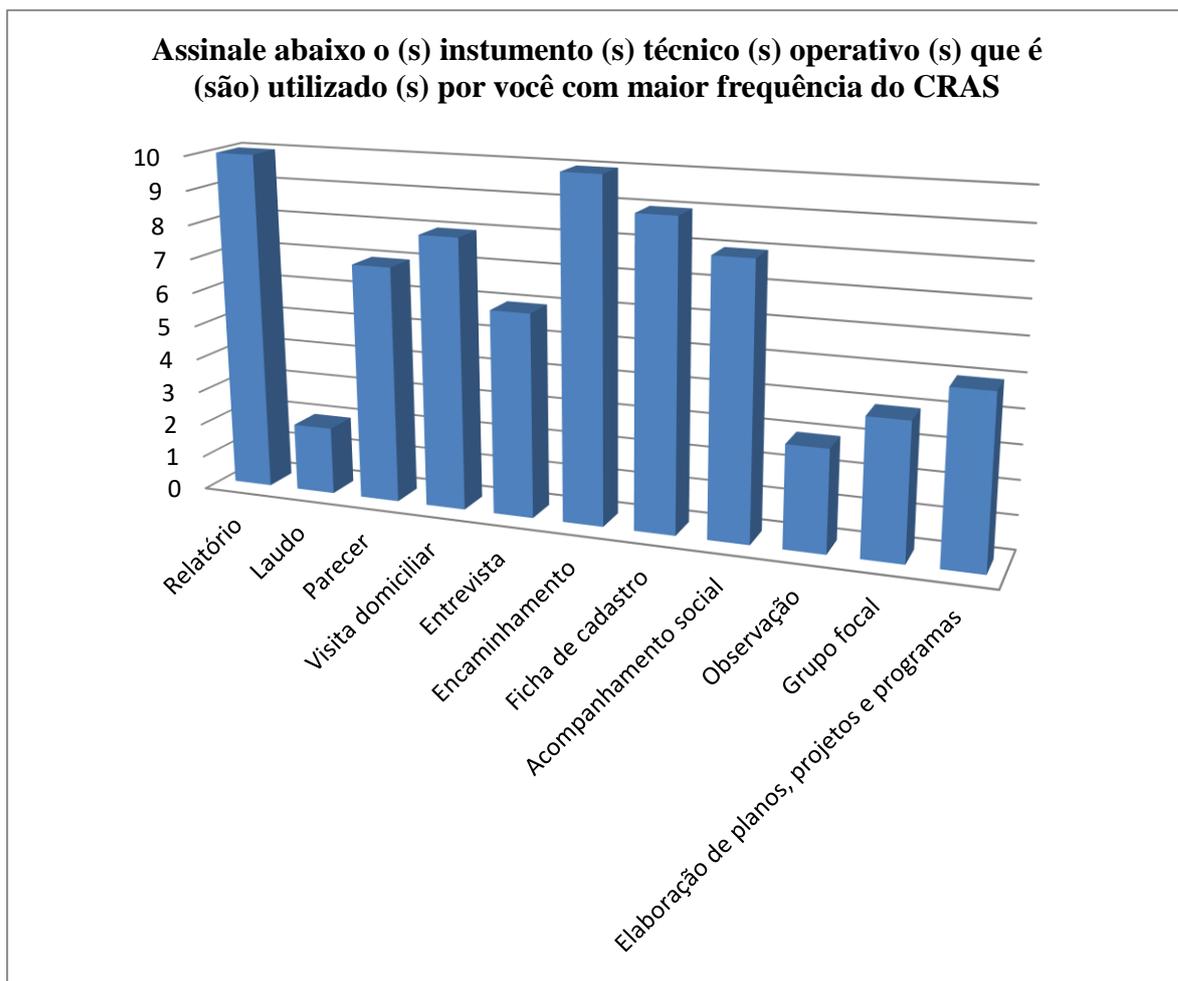
A supervisão do Assistente Social de campo é essencial para o desenvolvimento das atividades de estágio, uma vez que é através dela que o profissional acompanha diretamente o processo de lapidação e maturidade do aluno no campo. As contribuições do mesmo no processo de ensino-aprendizagem fundam-se na orientação, no acompanhamento das atividades realizadas em campo, na avaliação, no incentivo, no repasse das experiências profissionais, no esclarecimento de dúvidas, no apoio a realização dos trabalhos e atividades de estágio, oportunizando as condições institucionais e profissionais para a concretização das competências e habilidades do estagiário.

A supervisão acadêmica é exercida por um professor do curso de Serviço Social – que é Assistente Social – pode ser considerado como o eixo norteador que auxilia na condução dos desdobramentos do estágio no processo de formação profissional do estudante. O supervisor acadêmico mantendo um diálogo constante com o supervisor de campo, também é responsável pela orientação e avaliação do aluno estagiário. As suas contribuições advêm, do acompanhamento, da análise das atividades desenvolvidas pelo estagiário e supervisor de campo, do planejamento do estágio junto com os demais envolvidos, das suas exposições e das leituras propostas sobre o estágio no Serviço Social, trabalhando a necessidade de conhecer os documentos que dão sustentação legal para a realização das atividades do estágio, da política setorial do campo, das expressões da questão social, da indissociabilidade entre teoria e prática, visando à qualificação do estudante durante o seu processo de ensino, aprendizagem e formação no que tange as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Na pergunta, “Na prática a teoria é outra?” 100% das assistentes sociais responderam que não. Pois são indissociáveis, caminham sempre juntas, visto que uma não sobrevive sem a outra. Que foi argumentado a partir da introdução desse trabalho e aprofundado no capítulo 1, a relação entre teoria e prática no cotidiano de trabalho do assistente social, porém é apresentado algumas dificuldades devido a atual condições de trabalho baseadas em ações imediatas, pragmáticas que acabam por contrariar a articulação entre a teoria e a prática.

“Essa máxima é muito reproduzida pelos estagiários/profissionais que acabaram de ter contato muito próximo com as bases teóricas do Serviço Social e imediatamente têm que lidar com a prática profissional e não conseguem encaixar os direcionamentos teóricos no cotidiano do trabalho do Assistente Social, envolto em determinações da realidade colocada. Apesar de compreender que exercer a teoria na prática não é uma tarefa simples, é necessário ter claro que teoria e prática não se dissociam nunca, portanto, a afirmação “na prática a teoria é outra” é uma falácia favorecida pela fragmentação da realidade” (Participante A1)

“Não. A prática e a teoria caminham juntas no exercício profissional, o que deve ser destacado é a forma como isso acontece, ou seja, é necessário que exista mediações pautadas no equilíbrio entre a tecnicidade e a teorização.”(Participante A4)

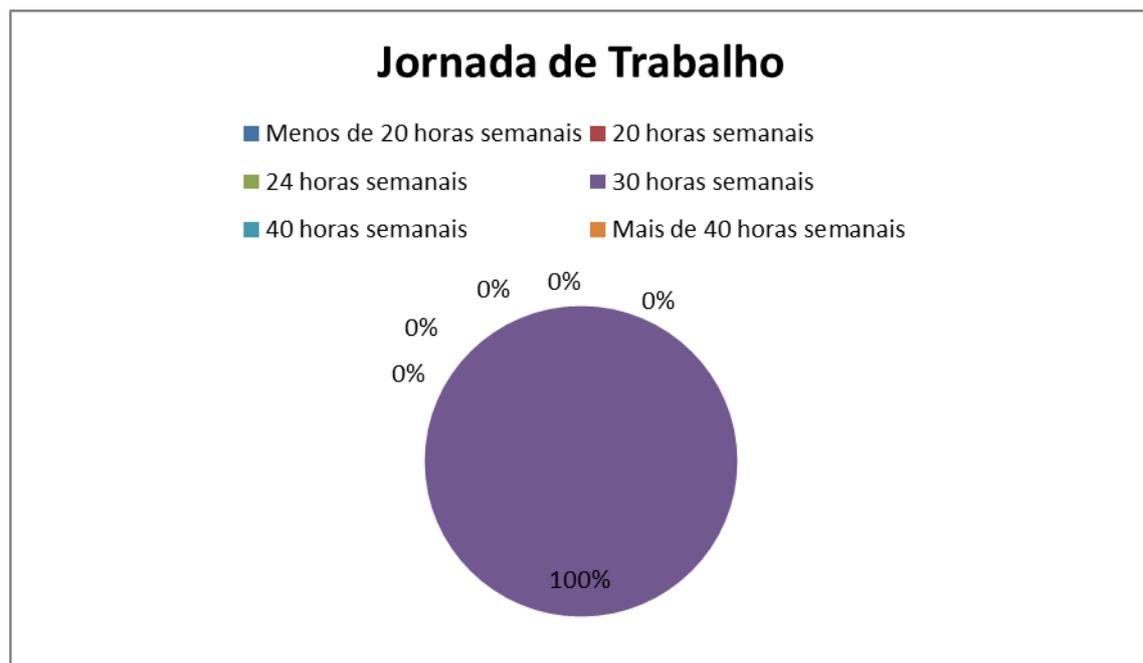


Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Quanto aos elementos técnico-operativo que são utilizados pelas assistentes sociais com maior frequência no CRAS, ficaram em destaque, como podemos observa aqui no gráfico: relatórios, encaminhamentos, ficha de cadastro e acompanhamento social.

Na pergunta, “No componente técnico-operativo da profissão quais os elementos que recorre no desenvolvimento de suas atividades desenvolvidas no CRAS?” Esses elementos conforme mostra no gráfico e já foram referidos no Capítulo 1. Podemos citar como elementos técnicos da profissão do assistente social no CRAS: cadastros de famílias que morram em território de abrangência do CRAS, visitas domiciliares, relatórios, observação, encaminhamentos para outros serviços, como também parecer social, avaliações socioeconômicas, entre outros.

“Acolhimento, escuta, entrevista, avaliação sócio-econômica, conversas informais, visitas domiciliares, parecer social, relatórios, encaminhamentos, reunião, observação, fichas de cadastro, observação, grupos e dinâmicas”(Participante A1).



Fonte: MIA –Assistentes sociais – CRAS Volante –Mariana- Junho à Julho de 2016.

Com relação a pergunta que se refere a jornada de trabalho, todas responderam que trabalham 30 horas semanais. Informação importante com que se refere ao cumprimento da Lei das 30 horas.

Fazendo análise da questão, “*Quais as conquistas da profissão na politica de assistência social?*”, podemos percebermos que as participantes responderam de um modo geral, levaram em consideração as conquistas da profissão como um todo. Frisaram como conquista, o PEP, a lei das 30 horas e a implantação do SUAS

“Na profissão a garantia das 30 horas semanais de jornada de trabalho sem redução salarial é umas das principais conquistas da classe na minha concepção”(Participante A3)

“Desde a implantação do SUAS, tivemos muitos avanços profissionais em vários sentidos. Mas nós temos muito que conquistar ainda” (Participante A2).

Durante toda a entrevista foi possível observar que a todo momento elas ressaltaram que a categoria, ainda têm muito o que conquistarem. Para isso, deve fortalecer a categoria com suas dimensões de um profissional que possui capacidades crítica, interventiva e que trabalham dando materialidade ao PEP.

Brito (2013,p.37), argumenta:

O profissional de Serviço Social pautado no seu projeto ético-político bem como haurido de uma análise crítica da realidade, deve juntamente ao seu usuário percorrer o caminho no processo de luta pelo seus direitos em vista da emancipação humana e política. Vale aqui destacar o sistema capitalista, contexto social que é inserido já é essencialmente excludente, haja vista o poder que os detentores de capital exercem frente a classe trabalhadora (que não possui nada além de sua força de trabalho para vender). Estes que ficam a mercê de ações pontuais (como o Benefício Eventual) por parte do Estado bem como se sujeitam a exploração de sua força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, buscou-se compreender a realidade social capitalista dos Assistentes Sociais que trabalham no CRAS Volante. Foi possível por meio da pesquisa de campo, identificar os limites e as possibilidades existente no âmbito da profissão de Serviço Social na contemporaneidade. Num primeiro trabalhamos com significado social da profissão do Serviço Social, inserida na divisão social e técnica do trabalho, o cotidiano de trabalho do assistente social marcado por limites e desafios, que acabam por impactar na sua autonomia e no seu trabalho devido ate mesmo faltas de recursos materiais e humanos no CRAS.

Consideramos também as particularidades históricas da sociedade capitalista periférica brasileira, que marcou e ainda impacta no trabalho dos assistentes sociais na cena contemporânea. Percebe-se que ao longo deste trabalho e com as análises dos dados coletados, o questionamento das assistentes sociais no que se refere ao papel aos equívocos de que o CRAS é um “distribuidor de cesta básica”. As demandas espontâneas em sua maioria é pelo benefício eventual, de alimentação, cesta básica, que da forma como acontece no CRAS, não está de acordo com o que propõe a lei. Pois na cidade de Mariana a concessão de “cesta básica”, é vista de uma forma cultural, um benefício permanente, que continua alimentando a vulnerabilidade. Por meio da experiência em estagio no CRAS e pelos relatos nas entrevistas, observa-se que a cesta básica, para muitos dos usuarios é um “favor”, uma ajuda”, pois devido a cultura brasileira assistencialista, ainda refletem do não direito.

Logo, o assistente social do CRAS Volante Bairros é visto principalmente pelos usuarios, como “distribuidor de cesta básica”. quem é o assistente social, qual sua função como funcionário que presta serviço na área da politica de assistência social. Nesse sentido é de suma importância compreender o papel do profissional de Serviço Social em seu exercício, para que o mesmo não seja visto como mero distribuidor de benefícios muitas vezes de significados paliativos. Dessa forma, podemos constatar que a ideia do assistencialismo, que fez parte do contexto sócio histórico da política assistencial, ainda vigora até os dias atuais. Trazendo desafios para a profissão de Serviço Social.

Porém, o profissional de Serviço Social, não pode e nem deve desanimar frente a tais desafios trazidos pela sociedade capitalista brasileira, pois possibilidades existem. É preciso fortalecer a categoria aliados a classe trabalhadora e seguir em frente. Em busca de romper

com o histórico do pensamento conservador, por novas conquistas da imagem ideal da profissão, sua função social, seu perfil de intelectual crítico e investigativo, fortalecendo e dando materialidade ao PEP, com uma ação profissional voltada de forma comprometida com os interesses da classe trabalhadora , no sentido do engajamento efetivo do assistente social nas questões que realmente dão sentido ao “ser da profissão”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO DE SERVIÇO SOCIAL. Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social. **Cadernos ABESS: Formação profissional: trajetos e desafios**, São Paulo, Cortez, n.7, 1997.

ABREU, Marina Maciel. Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ALMEIDA, Ana Augusta de. **Possibilidades e limites da teoria do Serviço Social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

ALMEIDA, Ney Luiz T. “Questão social” e Serviço Social no Brasil. In: SILVA(Org.)Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez,2016.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: Fundamentos e história.9.ed.São Paulo: Cortez 2011. (Blioteca básica de Serviço Social; v.2)

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Serviço Social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: SILVA(Org.)Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez,2016.

BRANT, Nathália Lopes Caldeira. Projeto Profissional e o cotidiano do assistente social: embates sobre o direcionamento ético-político e social. In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais(80 anos de Serviço Social: tendências e desafios/Textos selecionados) Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1998.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Lei Orgânica de Assistência Social**. Brasília, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica**. Brasília, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos. Anotada e comentada**. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, 2004.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. In: Serviço Social e Sociedade. Assistência social políticas e direitos. Cortez, 2000.

DANTAS, José Lucena. **A Teoria metodológica do Serviço Social: uma abordagem sistemática**. Suplemento de Debates Sociais, SDS, Rio de Janeiro, Nº 4, 5ª ed., setembro de 1978.

Decreto n.6.307, de 14 de dezembro de 2007. Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art.22 da Lei n.8.742, de 1993. In: conselho regional de Serviço Social de Minas Gerais. **CONTRIBUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS/ Coletânea de Leis**. Belo Horizonte: CRESS, 2013.

FERRAREZ, Cyntia Santos. Serviço Social contemporâneo: uma análise a respeito das teorias que se mostram aos assistentes sociais. In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais(80 anos de Serviço Social: tendências e desafios/Textos selecionados) Belo Horizonte: Conselho Regional de Serviço Social, 2014.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. In: In: Serviço Social e Sociedade. Assistência social políticas e direitos. Cortez, 2000.

_____. Yolanda. O ensino da prática no novo currículo: elementos para o debate. Palestra proferida na Oficina Regional – Região Sul I, da ABEPSS, maio de 2002.

_____. Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. 4. ed. – São Paulo:Cortez, 2005.

_____. Yolanda. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: Revista trimestral de Serviço Social e Sociedade. Cortez, 2007.

_____. Yolanda. Nas pegadas dos 80 anos de história do Serviço Social: o debate da instrumentalidade como marco. In: Serviço Social no Brasil: História de Resistências e Ruptura com o conservadorismo. SILVA, (Org.). São Paulo: Cortez, 2016.

HELLER, A. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In ABEPSS. Temporalis. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano II, nº 3, (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

_____. Marilda Vilela. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Marilda Vilela. Renovação e conservadorismo no serviço social. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. M.; CARVALHO, Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica. 37.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. Marilda Vilela. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26 .ed. São Paulo: Cortez: 2015.

Lei federal n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente social e dá outras providências. Incluída A lei n.12.317, de 2010. In: conselho regional de Serviço Social de Minas Gerais. CONTRIBUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS/ Coletânea de Leis. Belo Horizonte: CRESS, 2013.

Lei Federal n.8.742, de 7 de dezembro de 1993 (LOAS). Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Atualizada pela Lei Federal n.12.435, de 6 de julho de 2011. In: conselho regional de Serviço Social de Minas Gerais. CONTRIBUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS/ Coletânea de Leis. Belo Horizonte: CRESS, 2013.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUKÁCS, J. Introdução a uma estética marxista. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 73-122.

MARX, K. O capital. Crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; Gomes Romeu Ferreira Deslandes. Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 30.ed.Petropolis:RJ: Vozes, 2011.

NEVES, Angela Vieira. Clientelismo, cultura política e democracia: dilemas e desafios da participação popular - a experiência do Orçamento Participativo da cidade de Barra Mansa. Tese de Doutorado, Campinas (SP), Unicamp, IFCH, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social frente à crise contemporânea. Cadernos CEFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, São Paulo: Cortez, n. 1, 1999.

_____. José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de . Cotidiano: Conhecimento e crítica. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. José Paulo. A construção do projeto ético político contemporâneo. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

_____. José Paulo. Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós 64. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. José Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Org. Serviço Social no Brasil: História de resitencias e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

NOGUEIRA, Mariana Brito Horta. Benefícios Eventuais: significados e alcances para os usuários do CRAS Alto da Cruz. Monografia. UFOP. 2013.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara A. política de Assistência Social no Brasil: avanços e retrocessos. In: CONFLITOS de interesses e a regulamentação da política de assistência social. Brasília: Neppos/Ceam/UnB,2002.(Cadernos do Ceamn.11).

RAICHELLIS Raquel. O Serviço Social no Brasil, textos publicados originalmente na agenda CFESS 2006.

Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Código de Ética. In: conselho regional de Serviço Social de Minas Gerais. CONTRIBUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS/ Coletânea de Leis. Belo Horizonte: CRESS, 2013.

Resolução CNAS n.109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. In: conselho regional de Serviço Social de Minas Gerais. CONTRIBUIÇÕES PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS/ Coletânea de Leis. Belo Horizonte: CRESS, 2013.

SANTOS, Claudia Mônica; BACKZ, Sheila; YOLANDA, Guerra; (Org.). *A dimensão técnico-operativa No Serviço Social*. Juiz de Fora: UFJF. 2012.

SANTANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético político do Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade. Assistência social políticas e direitos. Cortez, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1983.

SILVA, Maria Linduina de Oliveira Org.. Serviço Social no Brasil: referencia aos 80 anos. In:Serviço Social no Brasil: História de resitencias e de ruptura com o conservadorismo. Apresentação,Cortez,2016.

SIMÕES, Carlos. Curdo de direito Serviço Social. 5.ed. São Paulo: Cortez 2011.

SITCOVSKY, M. **Particularidades da expansão da assistência social no Brasil** In: O mito da assistência social: ensaios sobre o Estado, política e sociedade. 4ª. Ed. São Paulo. Cortez, 2010.

SOUZA, Débora Saloto. Benefícios Eventuais: Permanência na vulnerabilidade ou direito a proteção social? In: Monografia. UFOP, julho 2015.

SPOSATI, Aldaíza. Especificidade e intersectoriedade na concepção e implementação da política de assistência social. In: Serviço Social e Sociedade. Assistência social políticas e direitos. Cortez, 2004.

SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko et al .O Serviço Social em debate: fundamentos teórico metodológicos na contemporaneidade. Revista multidisciplinar da UNIESP. Saber acadêmico - n ° 07 - Jun. 2009/ ISSN 1980-5950.

TRINDADE. Rosa Lúcia Prêdes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: *A dimensão técnico-operativa No Serviço Social*. Juiz de Fora: UFJF. 2012.184p

VASCONCELOS, Ana Maria. Relação teoria/prática: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade. Assistência social políticas e direitos. Cortez,1998.

VASCONCELOS, Iana. Dilemas e desafios do estágio Curricular em Serviço Social: Expressão dos (Des) encontros entre a formação profissional e o mercado de trabalho. *Temporalis*, Brasília, ano IX, n.17, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita.IN: CRESS-SP. Legislação brasileira para o Serviço Social. Coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação da(o) assistente social.3.ed.São Paulo: Cortez, 2008.(Prefácio)

_____. Maria Carmelita. Serviço Social no Brasil: História de Resistências e Ruptura com o conservadorismo. SILVA,(Org.). São Paulo: Cortez, 2016. Prefácio.

_____. Maria Carmelita. As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS. In: Serviço Social e Sociedade. Assistência social políticas e direitos. Cortez, 2004.

_____. Maria Carmelita. Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social. In: Serviço Social e Sociedade. Assistência social políticas e direitos. Cortez, 1998.

Anexos

Anexo 1



Questionário

I. Identificação:

1.1 Idade: 1.1.1 () Entre 25 e 35 1.1.2 () Entre 36 e 49 1.1.3 () 50 ou mais

1.2 Sexo: 1.2.1 () Feminino 1.2.2 () Masculino

1.3 Cor: 1.3.1 () Branco 1.3.2 () amarelo 1.3.3 () Negro 1.3.4 () Pardo

1.4 Instituição onde atua: _____

1.5 Cargo: _____

1.6 Tempo de exercício no atual cargo: _____

1.7 Natural de (Cidade): _____

1.8 Tempo de residência em Mariana _____

1.9 Unidade de ensino em que se formou _____

1.10 Ano de formação: _____

1.11 Grau de instrução: 1.11.1 () Graduação 1.11.2 () Pós-Graduação _____

II. Condições e Relações de trabalho:

2.1 Vínculo institucional: 2.1.1() servidor estatutário 2.1.2() servidor público 2.1.3()celetista
2.1.4() Comissionado 2.1.5() 2.1.6 contrato temporário 2.1.7() Outro. Especifique: _____.

2.2 Natureza da instituição:

2.2.1() pública federal 2.2.2() pública municipal 2.2.3 () pública estatal
2.2.4() privada 2.2.5() pública privada 2.2.6() pública privada

2.3 Área de atuação:

2.3.1() habitação 2.3.2 () saúde 2.3.3() educação
2.3.4() empresa 2.3.5() assistência social 2.3.6 () outro _____.

2.4 Jornada de trabalho

2.4.1() menos de 20 horas semanais 2.4.2() 20 horas semanais 2.4.3() 24 horas semanais
2.4.4() 30 horas semanais 2.4.5() 40 horas semanais 2.4.6() mais de 40 horas

2.5 Possui outro emprego? 2.5.1() sim 2.5.3() não

2.5.2 Se sim, informe: _____

2.6 Rendimento bruto total:

2.6.1() Até 1.000 2.6.2 () de 1.001 à 2.000 2.6.3() 2.001 à 3.000 2.6.4() de 3.001 à 4.000
2.6.5() de 4.001 à 5.000 2.6.6() de 5.001 à 7.000 2.6.7() acima de 7.000

III. Exercício profissional:

3.1 Avaliação dos serviços prestados pela instituição e pelo município?

3.1.1() ótimo 3.1.2() bom 3.1.3() regular 3.1.4() ruim

3.2 Há quanto tempo trabalha na área da assistência social ?

3.2.1() menos de 6 meses 3.2.2() 6 meses a 2 anos 3.2.3() 2anos a 4 anos

3.2.4()4 anos a 6 anos 3.2.5()mais de 6 anos

3.3 Existe (m) aspecto (s) que dificulta (m) sua atuação?

3.3.1() sim - se sim assinale a (s) questão (ões)

3.3.2() não

3.3.3 () baixa remuneração

3.3.4 () jornada de trabalho elevada

3.3.5 () condições de trabalho inadequadas

3.3.6 () relações institucionais autoritárias

3.3.7 () ausência de espaços para qualificação profissional

3.3.8 () inexistência de recursos institucionais para atender as demandas dos usuários

3.3.9 () fragilidade dos serviços socioassistenciais

3.3.10() deslocamento entre a residência e o local de trabalho

3.3.11 () requisições institucionais indevidas

3.3.12() relação entre os profissionais da equipe

3.3.13 () falta de autonomia profissional

3.3.14 () outro especifique _____.

3.4 Formas de registros /arquivos dos de trabalho:

3.4.1() on line 3.4.2() documentos(WORD/planilhas EXCEL) 3.4.3() pastas de papel

3.4.4() outros especifique _____.

3.5 Assinale abaixo o(s) instrumento (s) técnicos operativos que são utilizados por você com maior frequência no CRAS:

3.5.1()Relatórios

3.5.2()Laudos

3.5.3()Pareceres

3.5.4()Visita domiciliar

3.5.5()Entrevistas

3.5.6()Encaminhamentos

3.5.7()Fichas de Cadastros

3.5.8()Acompanhamento Social

3.5.9()Observação

3.5.10()Grupo Focal

3.5.11()Elaboração de Planos, Programas e Projeto

Anexo 2

Roteiro de Entrevista

Responsável pelas informações:

Nome: _____

01-Quais demandas que a instituição coloca para os assistentes sociais alocados neste setor?

02- Descreva como é atualmente as suas condições de trabalho.

03- Tendo por base o Código de Ética como você avalia as condições que dispõe para a realização de seu trabalho?

04-De acordo com a lei de regulamentação da profissão nº 8.622 de 1993, como você avalia as condições que dispõe para a realização de seu trabalho?

05-Você identifica no seu trabalho o papel do Estado na garantia dos direitos sociais? Sim()
não() Justifique.

06-A cultura política local impacta no seu trabalho profissional? sim() Não() Justifique

07-De acordo com a Política de Assistência Social o que é oferecido pelo CRAS?

08-Quais as demandas trazidas pelos usuários do CRAS?

09-Para você qual o papel do CRAS?

10-O que você entende por uma assistência social de qualidade?

11-Para você o que o Projeto Ético Político- PEP?

12-No seu cotidiano de trabalho como se dá materialidade ao Projeto Ético Político -PEP?

13-Você é/ou foi supervisor ? Como é/ou foi sua experiência ?

14-“Na prática a teoria é outra?” Justifique

15-Quem é o usuário que procura os serviços do CRAS?

16-Para você como os usuários vêm os assistentes sociais? Justifique.

17- No componente técnico-operativo da profissão quais os elementos que recorre no desenvolvimento de suas atividades desenvolvidas no CRAS?

18- Por fim, para você:

a) Quais os desafios enfrentados pelo Serviço Social na política de assistência social?

b) Quais as conquistas da profissão na política de assistência social?

ANEXO 3



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Esta pesquisa é parte integrante do **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**, intitulado, “*O trabalho do assistente social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Volante Bairros da cidade de Mariana-MG: desafios e possibilidades na contemporaneidade*”, desenvolvido por mim, Adelize Inês Martins. Sou aluna do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), matrícula nº 12.23498, localizado no Município de Mariana-MG, tendo como orientadora deste trabalho a professora Dra. Virgínia Carrara.

Essa pesquisa é de cunho acadêmico e tem por tema refletir acerca do exercício profissional dos assistentes sociais no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Volante bairros do Município de Mariana-MG. O objetivo do estudo investigativo é desvelar os múltiplos determinantes que atravessam o seu cotidiano de trabalho, aprofundando e ampliando o debate, tendo como referência o atual Projeto Ético Político. Meu interesse em aprofundar os estudos sobre o Serviço Social na contemporaneidade adveio da experiência enquanto estagiária no CRAS Volante Bairros da cidade de Mariana MG, vivenciando junto com a assistente social supervisora os limites e desafios neste campo de intervenção.

Sua participação nessa pesquisa será responder um questionário com vinte e duas (21) questões de múltipla escolha, que será aplicado anteriormente a entrevista. A entrevista esta composta de oito (8) questões de identificação pessoal, seis (6) a respeito das condições e relações de trabalho e por fim sete (8) questões com relação ao exercício profissional do assistente social no CRAS Volante. Após responder este questionário, será realizada também uma entrevista por mim, com dezoito (18) perguntas discursivas, com vistas a aprofundar os limites e as possibilidades do trabalho do assistente social nesse espaço sociocupacional. Para tanto utilizarei recurso de áudio a fim de gravar a entrevista. Quanto ao tempo previsto da duração da entrevista deverá ser em média de trinta (30) a quarenta (40) minutos.

Ressalto que todas as informações coletadas nessa entrevista e questionário, serão tratadas de forma ética e responsável, preservando-se a sua identidade Sr (a)

_____. Esclarecemos ainda, que o (a) Sr (a) poderá solicitar o desvinculamento da pesquisa, bem como informações adicionais durante todas as fases do estudo.

Convido você a participar voluntariamente da investigação, e após obter todos os esclarecimentos e fazer a leitura deste TCLE, caso aceite participar, peço assinar este termo, ciente de que autoriza a gravação das respostas e transcrição literal das falas. Você está autorizando também a utilização das informações prestadas para a elaboração do TCC e uma possível publicação do trabalho, em revista especializada.

É importante frisar que serão assinadas duas cópias, você ficará com uma das vias deste TCLE com os dados para contato com a orientadora deste trabalho, Profa. Dra. Virgínia Carrara, através do telefone (32)988733072 ou email vcarrara@oi.com.br, como também comigo, aluna pesquisadora, por meio do telefone: (31) 984615794 ou por e-mail: adeli.licemartins@gmail.com.

Mariana _____ de _____ de 2016

Assinatura do (a) Assistente Social

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Carrara

Pesquisadora: Adelize Inês Martins

ANEXO 4

Medida Cautelar. Antecipação de Tutela. Medida Cautelar Preparatória

Lara Cíntia de Oliveira Santos

Medida cautelar é o procedimento judicial que visa prevenir, conservar, defender ou assegurar a eficácia de um direito. Isto, porque é um ato de precaução ou um ato de prevenção promovido no judiciário, onde o juiz pode autorizar quando for manifesta a gravidade, quando for claramente comprovado um risco de lesão de qualquer natureza, ou na hipótese de ser demonstrada a existência de motivo justo, amparado legalmente.

As Medidas Cautelares poderão ser "Preparatórias", quando são requeridas antes da propositura do processo principal, ou ainda "Incidentes", quando são requeridas depois de proposto o processo principal.

Quando a Medida de Ação Cautelar é proposta em caráter preparatório haverá um prazo para que o Autor promova a ação principal, sob pena de ficar sem efeito a providência deferida pelo Juiz.

O Código de Processo Civil dispõe o seguinte, *in verbis*:

“Art. 806. Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório.

Art. 807. As medidas cautelares conservam a sua eficácia no prazo do artigo antecedente e na pendência do processo principal; mas podem, a qualquer tempo, ser revogadas ou modificadas.

Parágrafo único. Salvo decisão judicial em contrário, a medida cautelar conservará a eficácia durante o período de suspensão do processo.

Art. 808. Cessa a eficácia da medida cautelar:

I - se a parte não intentar a ação no prazo estabelecido no art. 806;

II - se não for executada dentro de 30 (trinta) dias;

III - se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.

Parágrafo único. Se por qualquer motivo cessar a medida, é defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.”

Sendo assim, não se pode esquecer que a Medida Cautelar, pela sua própria natureza, está vinculada à decisão do processo principal e, por isso, tem caráter de provisoriedade, ou seja, só manterá seus efeitos se, ao final da demanda, o juiz acolher na sentença do processo

principal o reconhecimento da legalidade e legitimidade do pedido que lhe deu origem e fundamentação.

Ademais, o próprio Código de Processo Civil mencionou no artigo 796 que:

“Art. 796. O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal e deste é sempre dependente.

Art. 809. Os autos do procedimento cautelar serão apensados aos do processo principal.”

Enquanto que a Medida Cautelar pode ser deferida pelo juiz antes que a outra parte possa apresentar defesa, ou mesmo antes que a outra parte sequer saiba da existência do processo em juízo.

Estas situações, por óbvio especiais, sempre autorizadas por lei, visam garantir a eficácia da medida quando o simples fato de se permitir que a outra parte dela tome conhecimento, puder frustrar seu objetivo ou colocar em risco sua execução.

No artigo 797 do CPC disse que só em casos excepcionais, expressamente autorizados por lei, determinará o juiz medidas cautelares sem a audiência das partes. Assim como no artigo 804 menciona que é lícito ao juiz conceder liminarmente ou após justificação prévia a medida cautelar, sem ouvir o réu, quando verificar que este, sendo citado, poderá torná-la ineficaz; caso em que poderá determinar que o requerente preste caução real ou fidejussória de ressarcir os danos que o requerido possa vir a sofrer.

A antecipação de tutela não se confunde com a medida cautelar. As cautelares protegem a eficiência da sentença a ser proferida em outro processo principal; as antecipações realizam, embora provisoriamente, a pretensão material contida no processo principal.

Atualmente pode ser considerada sua fungibilidade, no caso do demandante postular na petição inicial que lhe seja liminarmente deferida uma providência que denomina como antecipatória, mas em realidade constitui providência cautelar, tal equívoco não deve constituir motivo, de *per si*, para que o magistrado simplesmente a denegue, ou dela não conheça por inadmissível. Estes são os ensinamentos dos professores Athos Gusmão Carneiro, Humberto Theodoro Júnior, Ernani Fidélis dos Santos e Barbosa Moreira.

Os requisitos da Antecipação de Tutela são os seguintes:

“1. Requerimento da parte interessada (Luiz Fux critica a lei em face da adoção do princípio dispositivo; Carreira Alvim a defende, considerando que a parte é responsável objetivamente pela antecipação da tutela, de modo que é justo que possa optar entre requerer ou não a medida).

2. Além do autor, são também legitimados o assistente litisconsorcial e o Ministério Público, quando custos legis. O réu apenas tem legitimidade quando a ação for dúplice.

3. Prova inequívoca e verossimilhança das alegações. O cotejo entre prova inequívoca e verossimilhança da alegação leva à conclusão de que é bastante a prova segura dos fatos, de que exsurja a probabilidade do direito pretendido.” (João Batista Lopes).

Vale lembrar que, minoritariamente, Clito Fornaciari Júnior identifica a verossimilhança das alegações com *ofumus boni juris* e Calmon de Passo condiciona o caráter inequívoco da prova ao término da fase de instrução.

No entanto, a maior parte da doutrina, como os mestres Athos Gusmão Carneiro, Barbosa Moreira, Carlos Alberto Álvaro de Oliveira, entre outros, admite justificção prévia. Ernani Fidélis dos Santos e Carreira Alvim são contra, entendendo que não se pode antecipar a prova a ser produzida na fase de instrução.

Em relação ao receio de dano irreparável e abuso do direito de defesa. Arruda Alvim afirma que o dano não se limita ao perecimento da pretensão, podendo ser um dano externo à pretensão: assim, na ação para entrega de máquinas vitais a uma indústria, a antecipação de tutela pode ser concedida para evitar a paralisação da empresa e sua falência.

Para os professores Carreira Alvim e Marinoni, no caso do dano já ter ocorrido, cabe antecipação para minorar seus efeitos.

Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. Para João Batista Lopes e Carlos Alberto Álvaro de Oliveira não se trata de sanção por litigância de má-fé, mas de mera distribuição do ônus do processo. Assim, precisa de requerimento da parte.

Irreversibilidade dos efeitos do provimento. Athos Gusmão Carneiro, Bedaque, Barbosa Moreira e Carreira Alvim afirma que a irreversibilidade diz respeito às circunstâncias fáticas criadas pelo provimento, este é sempre reversível.

Já Marinoni, minoritariamente, afirma que a vedação diz respeito ao próprio provimento. Para Sérgio Bermudes, o parâmetro é a possibilidade de voltar a situação ao mesmo estado anterior. Se a situação só puder ser recomposta em perdas e danos, a medida é irreversível. Deve-se atender ao princípio da proporcionalidade, de modo que, nos casos em que a denegação importe manifestamente em maior e irreversível dano ao autor do que vantagem ao réu, a medida deve ser concedida. Desta forma, é possível sim a antecipação de tutela quando o juiz verificar abuso de direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu. Outrora, não era esse o posicionamento. Isto, porque, numa leitura superficial do artigo 273 do Código de Processo Civil, os doutrinadores entendiam ser impossível a antecipação de Tutela.

Este é o posicionamento, por exemplo do professor Athos Gusmão Carneiro, pois o juiz, ao antecipar os efeitos da tutela poderia dar efeitos mais amplos do que lhes daria na futura sentença (*ultra petita*), nem efeitos de outra natureza (*extra petita*).”

De fato, Humberto Theodoro Júnior, Marinoni, João Batista Lopes, Athos Gusmão Carneiro entendem que não se pode antecipar a certeza jurídica, decorrente de sentença declaratória trãnsita em julgado, mas é possível antecipar efeitos que decorram do preceito (vedar ao réu, por exemplo, a prática de certos atos que dependeriam da existência do direito material, como a inscrição do nome do autor em cadastros de inadimplência).

Mas este não é mais o posicionamento que se deve predominar. Vale também lembrar que, é possível a antecipação dos efeitos de sentença constitutiva, desde que em matérias reais ou patrimoniais (constituição provisória de servidão, fixação de aluguéis provisórios), nunca familiares (divórcio, etc.).

Não se antecipa o efeito condenatório das sentenças, mas sua eficácia executiva ou mandamental. Naquele caso, o Judiciário age, neste, apenas ordena. A antecipação de tutela não é título executivo, não permite abrir processo de execução.

A modificação e revogação da medida antecipatória, para a doutrina predominante, dependem de requerimento do interessado e quem a requereu fica objetivamente responsável pelos danos causados pela medida.

Em relação à concessão da antecipação na sentença, o professor Araken de Assis, entende que a mesma se dará na sentença ou imediatamente antes é burla à lei. Marinoni, outrossim, entende que é possível a concessão, desde que em instrumentos autônomos, para evitar dúvidas sobre a adequação recursal.

No entanto, a perda de eficácia da antecipação da tutela em face da sentença ocorrerá, no caso de sentença de procedência, a satisfação já efetivada na antecipação da tutela incorpora-se à eficácia de declaração contida na sentença.

Sendo, entretanto, caso de sentença de improcedência, a antecipação de tutela é considerada automaticamente revogada, salvo se o magistrado ressaltar expressamente a permanência de sua validade. Este é o entendimento da corrente majoritária.

Bibliografia:

ARRUDA ALVIM NETTO, José Manoel de. *Manual de Direito Processual Civil*. 9ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, vol. I.

ASSIS, Araken de. *Cumulação de Ações*. 4ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

CALMON DE PASSOS, José Joaquim. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, vol. III.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Curso de Processo Civil: Teoria Geral do Processo*. 1ª. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, vol. I.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Pressupostos Processuais, Condições da Ação e Mérito da Causa. *Revista de Processo*, São Paulo, vol. 17, pp. 41-49, jan/mar. 1980.

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo Coletivo: *Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

Disponível em:

http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10174